



# Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1984.

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu França e Caíto Quintana.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores que são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 153/84

Curitiba, 09 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina, o imóvel que especifica, situado na Praça da República, da Cidade de Antonina, havida pelo Estado conforme parte da transcrição nº 899/506, às fls. 147, do Livro nº 3-H, de Transcrição das Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A doação de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que o imóvel em causa será utilizado tão somente para abrigar a sede social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina. Em razão da destinação certa a ser dada ao imóvel, o anteprojeto contém dispositivos expressos para tal, determinando a inclusão, na respectiva escritura, de cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, bem como de reversão ao patrimônio do Estado, caso haja destinação diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina o imóvel situado na Praça da República, da Cidade de Antonina, constituído de um prédio em alvenaria de tijolos com dois pavimentos, em estado precário de conservação e respectivo terreno, objeto da parte da transcrição nº de ordem 899/506, às fls. 147 do Livro de número 3-H, de Transcrição das Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Antonina.

Art. 2º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e somente poderá ser utilizado para a sede social do Sindicato, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná, independentemente de qualquer interpelação ou notificação, condições que constarão da respectiva escritura.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 154/84

Curitiba, 09 de agosto de 1984

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios adiante mencionados, objetivando auxiliar financeiramente os municípios signatários, na execução de obras públicas:

Município	Nº e data do Convênio
ALTO PIQUIRI	01/84 - 30/06/84
APUCARANA	08/84 - 11/07/84
CÉU AZUL	07/84 - 30/06/84
IRATI	02/84 - 30/06/84
MARIÓPOLIS	05/84 - 30/06/84
MATELÂNDIA	03/84 - 30/06/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 155/84

Curitiba, 09 de agosto de 1984

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 210/84, celebrado em 28 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 156/84

Curitiba, 09 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios adiante mencionados, com os seguintes objetivos:

Data do Convênio	Município e objetivo
14/05/84	PORTO AMAZONAS - Realização da 2ª Festa da Maçã.
14/05/84	SANTA IZABEL DO OESTE - Estimular a produção agropecuária regional e estadual.
23/05/84	QUITANDINHA - Realização da III Festa do Feijão.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 157/84

Curitiba, 09 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 10º Termo Aditivo, datado de 24 de abril de 1984, ao Convênio celebrado em 07 de outubro de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços de informação sobre o mercado agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 158/84

Curitiba, 09 de agosto de 1984

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 5º Termo Aditivo, datado de 24 de abril de 1984, ao Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução das Atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudas Certificadas e Fiscalizadas no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 159/84

Curitiba, 13 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 2º Termo Aditivo datado de 11 de junho de 1984, ao Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a realização de provas laboratoriais para diagnósticos das doenças dos animais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 160/84

Curitiba, 13 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 5.º Termo Aditivo, datado de 11 de junho de 1984, ao Convênio celebrado em 06 de junho de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade à fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal e de produtos fitossanitários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI  
N.º 164/84

Ao Art. 2.º, acrescente-se o seguinte inciso VI:

"Inciso VI: Para os funcionários da Secretaria de Estado das Finanças aposentados até 1.º de março de 1980, na vigência da Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1978:

a. assegurando a incorporação aos proventos de inatividade dos servidores aposentados, até 1.º de março de 1980, na vigência da Lei n.º 7051/78, os direitos e vantagens estabelecidos no caput do art. 24, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, da média dos valores incluídos a título de quotas de produtividade, de forma idêntica aos percentuais atribuídos aos servidores aposentados após a vigência da referida lei, desde que tenham ocupado cargos e desempenhado funções iguais, quando ativos".

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

## JUSTIFICATIVA:

Na Lei n.º 7424, de 17/12/80, o art. 24, §§ 1.º, 2.º e 3.º, fixou a data de 1.º de março de 1980 como data limite para inclusão dos funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, em atividade, nos benefícios, direitos e vantagens estabelecidos pela Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1978.

Dessa forma, foram excluídos os servidores da Secretaria de Estado das Finanças que se aposentaram na vigência da Lei n.º 7051/78, mas no período compreendido entre 06 de dezembro de 1978 - data da publicação da Lei n.º 7051/78 e 1.º de março de 1980, se bem que a Lei n.º 7424/80 tenha sido publicada em 23 de dezembro de 1980.

Ocorre que, tal fato estabeleceu um hiato na amplitude da lei, fazendo com que cerca de uma dezena

de funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, aposentados no período acima mencionado, ficassem à margem da lei após trinta e cinco anos de trabalhos dedicados àquela Pasta, enquanto que, seus colegas de trabalho, aposentados na vigência da Lei n.º 7.424/80, mas após 1.º de março de 1980, obtivessem benefícios e vantagens a eles negados pelo disposto na legislação vigente.

Vemos agora, no bojo do presente anteprojeto de lei, dispositivos que visam regularizar distorções existentes em situações de aposentados, mesmo que tais aposentadorias tenham ocorrido em datas anteriores às leis ali mencionadas, com o objetivo claro de dar condições de uma aposentadoria digna àqueles que dedicaram suas vidas ao Serviço Público Estadual, e como estímulo aos atuais servidores em atividades, enciando-se o alto alcance social que ora é proposto.

Seria este, então, o momento de corrigir a situação de uma dezena de funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, através da emenda proposta no inciso III, alínea e, do Art. 2.º, deste anteprojeto de lei, LEMBRETE:

Um funcionário estadual poderia ter pertencido a outra Secretaria de Estado durante trinta e quatro (34) anos e alguns meses, mas se no dia 1.º de março de 1980 estivesse lotado na Secretaria de Estado das Finanças, seria aposentado com todas as vantagens atribuídas pelo art. 24, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Por outro lado, um funcionário da Secretaria de Estado das Finanças que tivesse trabalhado na mesma, durante trinta e cinco (35) anos e se aposentasse em fevereiro de 1980, não levaria nenhuma das vantagens estabelecidas naquele diploma legal.

## PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 165/84

Art. 1.º - O item II, do art. 22, da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - Fixar o subsídio e a ajuda de custo dos Deputados, atendidas as disposições da Constituição Estadual."

Art. 2.º - O art. 147, da Constituição Estadual, fica acrescido de dois (02) parágrafos com a seguinte redação:

"§ 1.º - O Governador do Estado, enquanto titular do cargo, perceberá subsídio igual ao vencimento fixo de desembargador e verba de representação de 1/8 (um traço oito) daquele vencimento."

"§ 2.º - O subsídio e a verba de representação do Vice-Governador do Estado ficam fixados em 2/3 (dois terços) dos valores pagos, sob esses mesmos títulos, ao Governador do Estado."

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Nestor Baptista, Caíto Quintana, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Ervin Bonkoski, Antônio Belinati, Nelson Buffara, Eduardo Baggio, Homero Oguido, Tadeu Lúcio Machado, Nilso Sguarezi, Sérgio Spada, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Adhail Sprenger Passos, Djalma de Almeida César, Márcio Almeida, Basílio Zanusso, Erondy Silvério, Péricles Pacheco, Ferrari Júnior, Nelson Vasconcellos, Artagão Mattos Leão, Tadeu França, Edgard Pimentel, Quielse Crisóstomo, Acir Mezzadri, Ivan Gubert, Luiz Alberto Oliveira, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Fuad Nacli, Mário Pereira, Dirceu Manfrinato, Rubens Bueno, Augusto Carneiro, Gabriel Manoel, Odeni Mongruel.

## JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de Emenda à Constituição do Estado reveste-se de alto significado, eis que virá reparar uma grande e indiscutível injustiça que atualmente se verifica na remuneração do Chefe do Poder Executivo.

Todos sabem que o Governador do Estado, pelos vigentes critérios de fixação de remuneração, percebe, entre subsídios e verba de representação, somados, valores bem inferiores

aos pagos aos senhores Secretários de Estado, bem como a várias categorias de funcionários estaduais. Há, não resta qualquer sombra de dúvida, uma evidente quebra de hierarquia e grande injustiça para quem ocupa o cargo de maior relevância na administração dos negócios do Estado. Este fato ressalta aos olhos com tal intensidade que dispensa mais alongada argumentação.

Não obstante, vale lembrar, apenas, que ex-Governadores percebem, com base em preceito constitucional, remuneração mensal e vitalícia, cujo valor é maior que o atribuído aos titulares do cargo.

Quanto aos valores do subsídio e verba de representação pagos ao Vice-Governador do Estado, esta proposta de Emenda visa tão somente, manter a proporção, já adotada de dois terços (2/3) do que percebe o Governador do Estado.

Indicações:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Líder da Bancada do PMDB, indica, para compor a Comissão Especial para Estudo e Revisão do Regimento Interno desta Casa — Projeto de Lei n.º 130/84, os seguintes Senhores Deputados:

ROBERTO REQUIÃO

ADHAIL SPRENGER PASSOS

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do PMDB

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Líder da Bancada do PDS, indica, para compor a Comissão Especial para Estudo e Revisão do Regimento Interno desta Casa — Projeto de Lei n.º 130/84, os seguintes Senhores Deputados:

EZEQUIAS LOSSO

AUGUSTO CARNEIRO

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - Suplente

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVIERA.

Líder do PDS

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência para o projeto de Lei n.º 107/84, que dá nova denominação à Escola Estadual Embaixador Lincoln Gordon, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que seja votado em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 155/84, que denomina Distrito Administrativo de Nova Tebas, o Distrito Administrativo de Bela Vista no Município de Pitanga, e fixa sua sede administrativa no Distrito de Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 120/84 de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação aos art.5.º, 6.º e 10.º da Resolução n.º 57, de 29/06/84, e dá outras providências. (Ascensão e Progressão dos Funcionários da ALEP).

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, Preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 174/84 e 26/84, constantes da Ordem do dia de hoje.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA e

(a) NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

REQUEREMOS, com base no Regimento Interno, a suspensão das sessões plenárias nos dias 28, 29 e 30 do corrente mês, pois, nesses dias serão realizadas as programações comemorativas aos 130 anos do Poder Legislativo no Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do PMDB e

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Líder do PDS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada para dia 10 de outubro de 1984, no horário das 15 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Coronel Confúcio Pamplona, de acordo com a Lei n.º 7.867, de 19.06.84.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja realizava um FÓRUM DE DEBATES, nesta Casa Legislativa, sobre a construção de Usinas Hidroelétricas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Muitas usinas hidrelétricas têm sido construídas nos Rios Iguaçu e Paraná, e outras tantas estão sendo tentadas, sem que, para tanto, tenha havido uma discussão mais aprofundada a respeito.

No presente momento, a COPEL tenta construir Salto Segredo e a ELETROSUL a Ilha Grande.

Urge um debate em todos os níveis para que se possa concluir acertadamente por uma obra de custo tão vultuoso e cujos efeitos não estão perfeitamente delineados como necessários.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de moção de apoio às reivindicações salariais dos bancários, expedindo-se cópias para Federação

e Sindicatos dos Bancários do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

**JUSTIFICATIVA:**

A atual crise econômica enfrentada pela população brasileira, cuja maior parcela é composta por trabalhadores, tem sua origem na condução política adotada pelo Governo Federal que optou pela alternativa de combater a inflação e pagar os juros da descomunal dívida externa utilizando o "arrocho salarial" e a recessão.

Como trabalhadores, os bancários, sofrem de ano para ano perdas significativas no seu poder aquisitivo. De 1982 até hoje, os bancários perderam de 26,6% a 49% em seus salários, ou seja, o trabalhador que ganhava Cr\$ 100 mil, passou a ganhar, em termos relativos, entre 51 e 74 mil cruzeiros. Paradoxalmente, o setor da economia que mais lucros obteve foi o dos bancos, pois, de 1980 a 1983 o lucro total do sistema bancário foi de 1.844% e o lucro total dos bancos privados nacionais foi ainda maior, passou dos 2.000%. Além disso, outro fantasma ronda a vida dos trabalhadores dos sistemas bancários: o desemprego.

Freqüentemente, os banqueiros os ameaçam com a aplicação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Com isso, a produtividade do sistema bancário atinge a incrível cifra de 25% ao ano. Esta taxa se eleva substancialmente na rede privada, se levarmos em conta que dos seiscentos mil bancários brasileiros, cerca de cento e vinte mil, pertencem ao Banco do Brasil e outros cem mil aos bancos estaduais, os quais raramente são atingidos pela sistemática do FGTS. O exemplo mais recente é o do Banco Noroestes do Estado de São Paulo que demitiu, em todo o País, cerca de oitocentos servidores dos mais antigos e experientes, o Banco Lar Brasileiro, subsidiário do Chase, perto de duzentos funcionários, e o Bamerindus, que só em nossa Capital já demitiu mais de mil e quinhentos empregados. Tudo isso nos mostra como os banqueiros se utilizam da lei para burlar os acordos salariais, procurando sempre diminuir a folha de pagamentos e aumentando exorbitantemente seus lucros.

São justas e de direito as reivindicações apresentadas pelos bancários, notadamente a cláusula que exige um reajuste de 100% do INPC, a que propõe a estabilidade dos empregados durante o ano de vigência de acordo.

É descabida e retrógrada a conduta do sistema político-econômico que permite tal sorte ao seu suporte maior. Só cresce e se desenvolve o país que possui um bom e estável mercado interno onde os bens de consumo encontram destino certo ou seja, quem possa comprar.

Nada mais justo do que estas reivindicações, principalmente quando o setor bancário foi o que mais lucratividade apresentou durante todos estes anos. É hora de uma melhor divisão destes lucros para o bem da própria necessidade de desenvolvimento do comércio e da indústria, que desta forma irão proporcionar novas frentes de trabalho.

Para tanto, é necessário que a livre negociação entre empregados e patrões seja exercitada, acabando com o cerceamento e repressão representados, entre outros, pela legislação anti-greve e, no caso, também pelo Decreto-Lei n.º 1632, de 1978, que criou o Conselho Nacional de Política Salarial que subordina as estatais.

De frente para esta realidade, questionamos a permanência da atual conjuntura do Governo atual e de seus seguidores que, profetas do continuísmo, não têm capacidade de pelo menos dar um pouco mais de pão aos filhos dos trabalhadores, potenciais substitutos na gerência dos negócios da Nação. Caso a realidade iminente não esteja sendo percebida, é de se exigir a retirada imediata destes tropeços ao desenvolvimento

da Nação brasileira. O caminho deve ficar limpo para a atuação de pessoas de mais sensibilidade e responsabilidade para dirigir os destinos do Brasil.

Os bancários brasileiros, em especial os do Paraná, que recentemente realizaram sua VIII Convenção Estadual e que no momento, lutam por seus direitos, merecem de nossa parte todo apoio.

A unificação da sua pauta reivindicatória e a unidade na condução das negociações, demonstram o elevado nível de organização do movimento sindical bancário. E este é um fato que merece o respeito e a solidariedade do Parlamento e da comunidade paranaense.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado, na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Palmiro Francisco de Andrade Filho, ocorrido na cidade de Pato Branco, em acidente automobilístico, no dia 22 do corrente.

O extinto era filho do consagrado Pastor Presbiteriano, decano da religião cristã, Pastor Palmiro Francisco de Andrade, da Igreja Presbiteriana Renovada de Cianorte.

REQUER, outrossim, que da decisão, seja dado conhecimento aos familiares no seguinte endereço:

Pastor Palmiro Francisco de Andrade  
A/C da Igreja Presbeteriana Renovada  
Cianorte - PR.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eurico Bettiga, ocorrido no dia 21 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER nos termos regimentais, que se consigne, nesta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Michel Soni, Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Apucarana, pessoa por demais bem quista na cidade e região, onde deixa amigos e familiares que lamentam profundamente o seu falecimento.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER nos termos regimentais, que se consigne, nesta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jordão Belleze, pessoa por demais bem quista na cidade de Cambira e região, onde deixa amigos e familiares que lamentam profundamente o seu falecimento.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Michel Soni, ocorrido no último di 21 do corrente, na cidade de Apucarana.

O extinto era Presidente do Diretório Municipal do PMDB, além de bacharel em Direito, profissão à qual se dedicava naquela mesma cidade.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência a Senhora Maria Aparecida Soni, residente na rua Clótario Portugal n.º 1.729 - Apucarana - Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Criadas pela Lei Estadual n.º 7.878, com o objetivo de tornar mais ágil as atividades forenses, estão sendo instaladas hoje, as três novas Varas Especializadas em procedimentos sumaríssimos.

O propósito de tais Varas é fazer com que o processo judiciário seja mais rápido e o menos burocrático possível. Com a instalação das mesmas, fica o Poder Judiciário melhor aparelhado para atender a população.

Tendo em conta tais considerações, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Poder Judiciário de nosso Estado, em virtude da instalação das referidas Varas Especiais.

Por outro lado, solicitamos que a decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Erondy Silvério, Edmar Luiz Costa e Luiz Alberto Oliveira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações para com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná por ter completado dia 18 p.p., 40 anos de sua "CARTA SINDICAL".

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Senhor ALTEVIR ZANIOLLO, D.D. Presidente da Entidade supra.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia, de um voto de Congratulações para a CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA DE CURITIBA, pela passagem do seu 30.º aniversário, comemorado no dia de hoje, 21 de agosto de 1984.

REQUER, ainda, que do presente, se dê ciência à Senhorita Claudete Maria Campana, Mui Digna Presidente da CEUC.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de Saudade do Saudoso brasileiro GETULIO DORNELLES VARGAS.

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de saudade do saudoso brasileiro GETÚLIO DORNELLES VARGAS.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

É com saudades daquele homem público que foi o maior estadista brasileiro de todos os tempos, que nos propomos a reaviver a extraordinária trajetória política deste patriota, defensor intransigente dos elevados interesses nacionais.

Com a morte de GETÚLIO VARGAS, a 24 de agosto de 1954, e na luta sem tréguas contra VARGAS, a oposição na realidade nunca se sentira tão bem colocada. Até então, ela havia sido vencida em todas as refregas. Entretanto, o atentado de 04 de agosto na Rua Toneleros, representou de fato, a espoleta que faltava para a explosão desde muito esperada, abrindo a fenda que a oposição necessitava para assaltar a muralha, que era o prestígio de GETÚLIO junto ao povo. - Nesse episódio a providência prioritária era não permitir que a crise se dissipasse naturalmente. Esforços deveriam ser feitos, se não para agravá-la ao menos para mantê-la em ebulição. A imprensa já abria manchetes para o noticiário sensacionalista. No Congresso Nacional a Oposição se revesava na tribuna e, através de discursos candentes, mantinha a Nação em suspense. O nervosismo, que já havia empolgado os círculos políticos, contaminara em seguida, certos setores da população.

Nunca um chefe da Nação foi tão alvitado e tão combatido.

A campanha foi sórdida e tenaz, a mentira passou a ser verdadeira. Dela participou a banda de música, atravessadores hipócritas, apresentando-se depois como defensores da Democracia, sem que o remorso lhes corroesse, ao menos a consciência, e sem que uma gota de sangue de pudor lhes enrubecesse a face.

Côncio de suas responsabilidades perante a Nação, que o levava à Presidência da República, e côncio de que apenas interesses de ordem material é que serviram de mola para a campanha de injúrias e calúnias, GETÚLIO VARGAS se recusou a humilhar-se com a renúncia injustificável:

"Daqui só saio morto".

Entretanto, às oito e meia da manhã de 24 de agosto de 1954, o País foi sacudido pelo impacto da terrível notícia. Antes de suicidar-se, disse ao seu Líder na Câmara, o Deputado GUSTAVO CAPANEMA: - "minha saída ou minha permanência no Governo deixou de ter significação para mim. O que eu não quero é a desonra. O que eu não quero é ter na história meu nome envolvido na complacência com ladrões e assassinos.

Um tiro no coração o fez tombar heroicamente. Prefiriu o suicídio à vergonha.

Cumpriu-se o que VARGAS dissera na Carta-Testamento.

"Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando a fome bater em vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e vossos filhos. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando vos velipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:



O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de que autorize às concessionárias de Energia Elétrica e Água, COPEL E SANEPAR, nas pessoas dos seus Presidentes, Dr. Ary Veloso Queiroz e Dr. Fabiano Saporiti Campello, a concederem donativos nas contas mensais das entidades de cunho assistencial, beneficente, religioso (templos religiosos) e hospitalar (Santas Casas de Misericórdia e hospitais similares) do Estado, devidamente cadastradas, a nível estadual, na Coordenadoria do Bem-Estar Social, da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social e/ou, a nível federal, no conselho Nacional de Serviço Social, ou ainda, pela apresentação de prova de existência legal e de funcionamento funcionamento, atestado pelo Juiz de Direito da Comarca a que pertencem.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, tem como objetivo, a exemplo da posição adotada pelo Governo do Estado de São Paulo (Decreto nº 19.690, de 07 de outubro de 1982), e de outras unidades da Federação, propiciar às Instituições de cunho assistencial, beneficente, religioso e hospitalar, condições de subsistência para o desenvolvimento de programas médico-assistencial e social, como forma de minimizar a crise financeira por que atravessam esses estabelecimentos.

Ressalte-se que essas entidades, pelas suas próprias características de finalidades filantrópicas, e, obviamente, prestadoras de serviços gratuitos à comunidade carente, têm sua receita calcada em donativos auferidos junto aos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, e de voluntários que, na qualidade de contribuintes, prestam-lhes apoio financeiro e material nem sempre suficientes. Conclui-se, daí, a dificuldade encontrada por essas entidades para manter, a bom nível, um atendimento à altura das exigências que o problema social brasileiro lhes impõe, e onde a demanda de usuários carentes se sobrepõe às suas próprias condições.

Diante do exposto, e, considerando, finalmente, que é função do Estado zelar pela subsistência de entidades que trabalham em benefício da coletividade, é que formulamos a presente proposição, e para qual solicitamos apoio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEREMOS, com base no Regimento Interno, a suspensão das Sessões Plenárias nos dias 28, 29 e 30 do corrente mês, pois nesses dias serão realizadas as programações comemorativas aos 130 anos do Poder Legislativo no Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
NILSÓ SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental e após ouvido o Plenário, o Deputado abaixo-assinado, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Sr. Diretor Superintendente do IPE, Sr. Max Rosemann, sugerindo que aquele órgão previdenciário promova a imediata criação

de uma COORDENADORIA REGIONAL, na Cidade de Wenceslau Braz.

A Cidade de Wenceslau Braz se constitui num centro regional que abrange, entre outros, os Municípios de São José da Boa Vista, Santana do Itararé, Tomazina, Pinhalão, Siqueira Campos. O número de funcionários públicos estaduais lotados nessa região é bastante expressivo e Wenceslau Braz está ligada às demais cidades por estradas asfaltadas, constituindo-se, além disso, no mais atuante centro comercial de toda a região.

Justifica-se, portanto, a criação da Coordenadoria Regional, ato que propiciará maiores facilidades aos funcionários estaduais daquela região.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Paulo Marques, Deputado Federal, para que solicite informações junto ao Excelentíssimo Sr. Jarbas Passarinho, Ministro da Previdência Social, sobre conclusões da Comissão de Inquérito conforme publicação às fls. 1135 do Boletim de Serviço – IAPAS/DG nº 141, de 25/07/84, com Processo IAPAS/DG Nº 35000.001765/84.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Destaques na imprensa dão conta que atos delituosos teriam ocorrido na Secretaria Regional de Contabilidade e Finanças do IAPAS no Estado do Paraná.

O assunto veio à lume em consequência das denúncias formuladas pelo novo Secretário das Finanças do IAPAS que ao assumir suas funções, condicionou sua permanência no cargo somente se fôsse feita uma auditoria nas contas do IAPAS. O montante exato do defalque ainda é ignorado, portanto a auditoria realizada entre os dias 27/3 a 18/4 do ano em curso, manteve em sigilo as conclusões apuradas.

Esteve em Curitiba uma Comissão de Inquérito, cujos dados de sua constituição encontram-se publicados às fls. nº 1135 do Boletim de Serviço – IAPAS/DG - Nº 141, de 25/07/84, com finalidade de apurar fatos delituosos relacionados no Processo IAPAS/DG Nº 35000.001765/84, que teriam sido praticados por altos funcionários, pertencentes à cúpula administrativa do IAPAS no Paraná.

Já deu entrada na JUSTIÇA FEDERAL, em Curitiba, na 6ª Vara, "MEDIDA CAUTELAR INOMINADA", em agosto de 1984, tendo o processo tomado o nº 884/84, de autoria do IAPAS contra os funcionários em questão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando providências junto à EMOPAR, objetivando

reparos e reformas na Escola Estadual "Marquês de Maricá", em Santa Isabel do Oeste.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola Estadual Marquês de Maricá, abrange a grande maioria do contingente estudantil de Santa Isabel do Oeste. Atualmente, não está tendo condições de atender às reais necessidades para o seu funcionamento, precisando urgente de reparos e reformas, a fim de que as aulas não sofram solução de continuidade, em prejuízo dos estudantes.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando sejam tomadas providências junto à EMOPAR, objetivando a construção de mais uma sala de aula na Escola do Distrito de Pinhal de São Bento, Município de Santo Antônio do Sudoeste, dando-se ciência deste Requerimento à Câmara Municipal do referido município.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente requerimento visa atender expressa reivindicação da comunidade, através do seu representante na Câmara Municipal, eis que a escola do Distrito de Pinhal de São Bento já não atende às reais necessidades do estudantado local.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado, do Interior, objetivando a instalação de um telefone de uso público junto ao Bar denominado de Lago Azul, nas margens da Usina Mourão I, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Em sessão plenária realizada recentemente da Câmara Municipal de Campo Mourão, os seus integrantes aprovaram requerimento de autoria do nobre Vereador do PMDB, Excelentíssimo Senhor João Dondaque Resende da Silva em que o mesmo está solicitando dessa TELEPAR e, Secretaria de Estado do Interior, a instalação imediata de um telefone para uso público junto ao Bar Lago Azul, na Usina Mourão I, argumentando na oportunidade que a instalação de tal aparelho de telefonia permitirá que grande número de pessoas possam usufruí-lo.

Tendo em vista a importância que é a reivindicação daquele Vereador, torna-se necessário que seja determinada a urgente instalação do referido telefone, eliminando de vez os inúmeros transtornos hoje vivenciados pelo conjunto de moradores existentes nas redondezas.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado ao Ilustríssimo Senhor, José Carlos Campos Hidalgo Diretor-Presidente do Conglomerado BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, através do Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que seja instalada a agência no Município de Lupionópolis.

Tal pedido se faz necessário para que este município possa contar com os bons préstimos do BANESTADO, dando atendimento aos nossos co-estaduanos daquela região, visto que nesta localidade há carência de agências bancárias.

Por estes motivos é que solicitamos a instalação dos escritórios e temos certeza que nosso Requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) PAULO FURIATTI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após expressa aprovação do douto Plenário, seja encaminhada aos Senhores Tancredo Neves e Paulo Maluf, candidatos à Presidência da República, que assumam perante a opinião pública paranaense, o compromisso formal de federalizarem as Universidades Estaduais do Paraná, se eleitos Presidente.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

Líder do Governo.

**JUSTIFICATIVA:**

O Estado do Paraná vem sendo explorado sistematicamente pelo Governo Federal, não só na construção das usinas, com o desperdício das mais férteis terras agrícolas, na isenção dos tributos aos produtos da pauta de exportações, no confisco do café, mas principalmente, na sangria de seus tributos à cobertura de despesas com o ensino superior que é responsabilidade da União.

Os que hoje precisam do Paraná para assumirem a Presidência da República, é preciso que assumam compromissos que representem os interesses legítimos do Estado do Paraná e sua gente.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação objetivando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na aquisição de combustíveis para transporte de escolares na Municipalidade de Moreira Sales.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista a solicitação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Moreira Sales, Aldenizio dos Santos Maia. Este, afirma que, atualmente, a Administração Municipal vem enfrentando uma série de



dificuldades decorrentes exatamente da insuficiência de recursos financeiros, realidade esta que atinge diretamente também o transporte do estudantado.

Neste sentido, tendo em vista a necessidade inquestionável de se transportar os estudantes (inclusive os da rede estadual), essa Secretaria de Estado da Educação mais do que nunca deve, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Moreira Sales, encontrar uma saída que assegure o transporte normal do grande número de alunos oriundos da zona rural para as escolas situadas no perímetro urbano e vice-versa.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que sejam liberados recursos de ordem financeira para a realização de reformas gerais na Escola Marechal Rondon, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

Aquele estabelecimento educacional existente em funcionamento em Campo Mourão, possui mais de vinte anos de ininterrupta atividade no ensino daquela cidade.

Com o passar de todos esses anos, evidentemente que o prédio sofreu o desgaste natural do próprio tempo, havendo a necessidade de se realizar reformas gerais em suas instalações.

Ademais, no início deste ano ocorreram por longos períodos, chuvas torrenciais, que acabaram por danificar boa parte da edificação do referido educandário.

Portanto, necessário se faz que a EMOPAR e Secretaria de Estado da Administração dê o devido encaminhamento quanto à reivindicação ora exposta, por ser, sem dúvida alguma de fundamental importância para o conjunto dos estudantes, professores e funcionários da Escola Marechal Rondon.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação do Estado do Paraná, Gilda Poli Rocha Loures, solicitando atendimento ao pedido de reparos urgentes no Colégio Estadual Marcelino Champagnat localizado em Londrina.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Marcelino Champagnat é um dos mais antigos e tradicionais estabelecimentos de ensino de Londrina. Infelizmente, a manutenção das suas instalações não mereceu a devida atenção nos últimos anos.

A atual direção, preocupada com as condições existentes já providenciou (Of. 140/84, de 10/7/84)

solicitação à SEAD de reparos, tendo a mesma providenciado via escritório da EMOPAR o respectivo levantamento e orçamento (nº 06484).

Nossa intervenção, nesta oportunidade, se prende a uma real preocupação com a segurança de alunos e professores que ocupam a parte do prédio cuja reforma está sendo solicitada e com a segurança de todo o colégio que ainda dispõe das instalações elétricas originais e que estão por merecer imediata revisão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no intuito da liberação de recursos orçamentários para a implantação do sistema de pedras irregulares no trecho compreendido entre a PR - 082 à sede da Municipalidade de Quinta do Sol.

A ACAMDOZE - Associação de Câmaras da Microrregião 12 -, reunida em sua 24ª. Assembléia Geral, aprovou, entre outras propostas, requerimentos encaminhados pela Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de Quinta do Sol, conforme correspondência assinada pelo Excelentíssimo Senhor Helmut Etgeton, Presidente daquele Poder Legislativo, um dos quais que pede a liberação de recursos de ordem financeira para a implantação de pedras irregulares no trecho compreendido entre a PR -082 à sede da municipalidade.

Primeiramente, vale destacar o atual programa desenvolvido por essa Secretaria de Estado dos Transportes, no que diz respeito ao uso de tecnologia mais simples, porém, de grande operacionalidade, nas vias destinadas aos transportes de veículos automotores de um modo geral.

Dentro de tais diretrizes, os Vereadores de Quinta do Sol, através do nobre Presidente do Poder Legislativo, Senhor Helmut Etgeton, estão reivindicando a execução de obras quanto à implantação de pedras irregulares no citado trecho, em face de que essa tecnologia vem proporcionando bons resultados onde já foi adotada.

Ademais, a Administração Municipal, tendo em vista a grave crise vivenciada pelo conjunto da Nação, notadamente os municípios de pequeno porte, não dispõe em seus cofres, recursos suficientes para a viabilização da pretendida obra, razão pela qual é feito o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura no sentido de que, baseando-se em estudos apropriados, determine a criação e instalação de um posto de monta na Municipalidade de Terra Boa.

O potencial sócio-econômico de Terra Boa, notadamente no que tange às atividades agropastoris, é o que melhor justifica, entre diversas outras coisas, a criação e instalação de um posto de monta, pois,

nos últimos anos, a agricultura e a pecuária têm atingido índices de produção cada vez mais elevados, graças à aplicação de técnicas mais racionais e eficazes, como consequência da modernização tecnológica atualmente verificada.

Dentro dessa linha de raciocínio, torna-se necessário assegurar novas estruturas compatíveis com tais aspectos, adequando-se dentro desta preocupação, a criação e instalação de um posto de monta em Terra Boa, já que com a existência do mesmo, será oferecida aos proprietários rurais condições de melhor desenvolverem suas atividades.

Esta reivindicação partiu do Senhor Prefeito Municipal Elso Garcia Segura.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Desde 1976, quando foi criada a Política Nacional de Informática, as empresas de capital e tecnologia genuinamente brasileiros têm reservado para si uma parte do mercado brasileiro. É a chamada Reserva de Mercado, especificamente nas áreas dos computadores de porte micro, mini e médio.

Tal política vem sofrendo, desde então, toda a sorte de pressões. O que não significa qualquer surpresa, pois, o nosso País surge como um mercado dos mais atraentes para todos os produtores mundiais de computadores. Pesquisas as mais diversas, nos colocam entre o sétimo e o oitavo mercado mundial da informática.

Graças à PNI e à Reserva de Mercado, somos hoje, entre os países do Terceiro Mundo, o que mais avançou em termos de domínio de tecnologia nesta área. O sucesso de tal modelo industrial leva-nos a acreditar que poderemos obter resultados semelhantes, se for aplicado em outros setores da produção.

Não é gratuita, portanto, a intensa propaganda que o capital estrangeiro e os seus "testas-de-ferro" fazem contra a atual política de Reserva de Mercado na Informática. Não só a cobiça das multinacionais pelo emergente mercado brasileiro de computadores, como também, o desejo de buscar impedir que o nosso País conquiste a sua tão almejada emancipação industrial e tecnológica, alimentam tal campanha de pressões.

Urge que tanto, a Política Nacional de Informática, quanto sua alavanca principal, a Reserva de Mercado, sejam estabelecidos em lei.

O Governo Federal encaminhou, recentemente, projeto de lei, ao Congresso Nacional, com este objetivo. Lá, já tramitam outros projetos com a mesma intenção.

O debate que vem sendo travado pela Nação em torno da questão, não só repudiando de maneira veemente os golpes que são desferidos contra nossa soberania, como, igualmente, firmando posição em defesa da Reserva de Mercado, irão contribuir para que o Poder Legislativo assuma as definições que mais interessam à toda sociedade.

Atento a este debate e partilhando das mesmas preocupações, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades e personalidades abaixo nominadas:

a) Senadores e Deputados Federais do Paraná, no sentido de que apoiem projeto de lei que defina a Política Nacional de Informática e estabeleça a

Reserva de Mercado;

b) Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor José Richa, no sentido de que o mesmo se pronuncie publicamente, a favor da Reserva de Mercado;

c) Senhores candidatos à Presidência da República, no sentido de que os mesmos incluam em seus programas de governo a defesa da Reserva de Mercado.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ROBERTO REQUILÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures. DD. Secretária de Estado da Educação do Paraná, solicitando urgência à implantação de uma Escola Estadual entre os Conjuntos Cafezal I e II, no Município de Londrina-Pr.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

A rápida expansão urbana do Município de Londrina, vem exigindo um esforço de todas as áreas de Governo com vistas à infra-estrutura social necessária.

É justamente a periferia que mais se ressent, das lacunas existentes. No setor habitacional sul de Londrina, os movimentos comunitários, em especial a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Anibal Siqueira Cabral, vêm reivindicando a implantação de uma Escola Estadual entre os conjuntos Cafezal I e II.

Tendo recebido pareceres favoráveis por parte das autoridades de ensino do município, nosso posicionamento é de reforço a esta reivindicação, certo da compreensão da SEED.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Diretor Geral da Escola de Administração Fazendária- ESAF, para que se digne a admitir o restante do concurso de Tributos Federais, sendo que o mesmo foi realizado em janeiro de 1981, e foi revalidado por duas vezes, em 31 de dezembro de 1984 com a Lei n.º 7043, de 18 de outubro de 1982, até agosto de 1985, sendo que até 27 de julho de 1984, foram chamados dois mil e cinquenta e nove concursados.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, desta Casa, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências no sentido de que seja asfaltado o acesso secundário de Palmas, saída para Pato Branco,

numa extensão de 1.300m, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmas.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Em que pese a existência do acesso principal, o acesso secundário da cidade de Palmas, saída para Pato Branco, ainda é bastante utilizado. Todavia, em épocas de chuvas, torna-se praticamente intransitável, sendo portanto, necessário o seu asfaltamento. Este requerimento tem como base solicitação da Câmara Municipal de Palmas, atendendo reivindicação da comunidade, e estamos certos de que merecerá da Secretaria de Transportes a devida atenção.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da Emopar - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração no sentido de que, através de estudos, sejam avaliadas as possibilidades de se construir uma sala de aula, em anexo à Secretaria Geral do Ginásio Cenecista Felipe de Camarão, localizado na localidade de Lirial de São Luiz, pertencente à Municipalidade de Araruna.

No último dia 8 do corrente, a Câmara Municipal de Vereadores de Araruna, em reunião ordinária, aprovou por unanimidade de votos dados pelos presentes, requerimento apresentado de forma verbal de autoria do nobre Vereador do PMDB, Excelentíssimo Senhor Antônio Laércio Swvagem, reivindicando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de uma sala de aula no Ginásio Cenecista Felipe de Camarão.

A iniciativa do nobre Vereador com assento naquela Casa de Leis, é seguramente das mais justas no que se refere à estrutura educacional existente na região de Araruna, pois, atualmente, os estudantes daquele estabelecimento de ensino, juntamente com o professorado, vêm enfrentando uma série de transtornos, tendo em vista que as instalações são insuficientes para a aplicação das aulas previstas nas formas curriculares.

Neste sentido, espera-se da Emopar e Secretaria de Estado da Administração a adoção de medidas que venham de encontro ao pedido ora exposto.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banestado S/A., solicitando que os mesmos providenciem abertura de crédito para aquisição de sementes de algodão.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme informação da Prefeitura de Boa Esperança esse ano não serão oferecidos financiamentos de semente a agricultores cotonicultores daquela região, e isso vem trazendo séria apreensão, pois mais de duzentas e vinte famílias somente em Boa Esperança ficarão sem condições não só de plantar, mas

de sobreviver, acresça-se a isso as centenas de famílias que sobrevivem da mão-de-obra do algodão e que com essa medida ficarão totalmente desprovidas de trabalho para a sua subsistência, pois muitas vivem sempre no aguardo dessa safra para poder sobreviver.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUEREM o envio de expediente ao Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná, formulando "VEEMENTE APELO" para que seja cumprido o acordo firmado em data de 13 de julho de 1984, pelo Professor PAULO WODONOS, Reitor em exercício, acadêmico FRANCISCO GARCEZ, Presidente do DCE, e Dr. ANTEMOR RIBEIRO BONFIM, DD. Secretário da Secretaria Especial para Assuntos Comunitários, Mediador.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(aa) ORLANDO PESSUTI, MÁRCIO ALMEIDA,  
ROBERTO REQUIÃO, CAÍTO QUINTANA e  
TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

Não podemos aceitar que esta Reitoria tenha indeferido e dificultado as solicitações de matrículas de diversos acadêmicos notadamente daqueles que, por dever de ofício e responsabilidade de seus cargos de dirigentes de entidades estudantis, participavam do movimento grevista contra a exagerada elevação da mensalidade.

É inconcebível que a Reitoria torne a se utilizar de medidas revanchistas, autoritárias, inadequadas e antidemocráticas, com a séria agravante de haver celebrado um acordo mediado por Secretário de Estado e Parlamentares.

Os acadêmicos cumpriram com as obrigações que lhes cabiam, retornando às aulas e assumindo determinadas responsabilidades, enquanto a Reitoria, por sua vez, ao violar o compromisso assumido, agiu com desconsideração ao corpo estudantil, à classe política e à própria comunidade que não só compreendeu, mas também, apoiou as razões que motivaram o movimento grevista.

Ao manifestar seu descontentamento por gesto tão descabido, os Deputados que o presente subscrevem, Requerem, ainda, que do presente se dê ciência ao Colendo Conselho de Ensino e Pesquisa da UCP, a Sua Excelência Professora ESTHER FIGUEIREDO FERRAZ, DD. Ministra da Educação, ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICHIA, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima, Dom PEDRO FEDALTO, mui Digno Arcebispo de Curitiba, a Sua Excelência Senhor ANTENOR RIBEIRO BONFIM, Digníssimo Secretário de Estado, ao Presidente da UPE, ao Presidente do DCE da Universidade Católica do Paraná, Senhor FRANCISCO GARCEZ, enquanto permanecem na expectativa de pronunciamento das autoridades mencionadas e da imediata revogação da medida citada neste documento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a liberação de recursos para a instalação de energia elétrica, e de sistema de abastecimento de água no Loteamento Itaipu, Município de Salto do Lontra, e para a realização de obra viária entre a localidade e a sede municipal.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.  
Líder do PDS.

**JUSTIFICATIVA:**

A comunidade do Loteamento Itaipu, no Município de Salto do Lontra, de há tempo aguarda com ansiedade a liberação dos recursos necessários para que a COPEL proceda a instalação da energia elétrica na localidade, bem como para que se procedam as obras do inadiável abastecimento de água e para a construção da via de acesso à sede municipal, carências que afetam sobremaneira a vida dos moradores, dificultando-lhes a realização de suas potencialidades.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do Plenário, seja transcrita nos Anais deste Poder, a reportagem do Deputado Herbert Levy, veiculada no Jornal "Tribuna da Imprensa", na página 5, da edição de 11 de agosto de 1984, sob o título: "Genro de Orlando Geisel acusa Maluf de Corrupção".

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição das conclusões e proposições da mesa redonda sobre Erosão e Práticas de Controle, nos Anais da Casa.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 195/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO SANTA EFIGÊNIA" — AMOSE, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

**Apoio:** LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, ERONDY SILVÉRIO, RUBENS BUENO, CAÍTO QUINTANA, EDMAR LUIZ COSTA e GABRIEL MANOEL.

**JUSTIFICATIVA:**

A "AMOSE", entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, foi fundada em 1972, está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, 1º Registro de Títulos e Documentos da Capital, sob n.º 2.070 do Livro "A-1" e desde então, vem promovendo a união dos moradores, colaborando com a administração pública, levando ao conhecimento das autoridades, as necessidades da comunidade.

Através de seus setores competentes, presta assistência médica, hospitalar, jurídica e recreativa a seus associados, combatendo a falsa mendicância e promovendo a recuperação das pessoas carentes.

**PROJETO DE LEI Nº 196/84.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "INSTITUTO LONDRINENSE DE INSTRUÇÃO E TRABALHO PARA CEGOS", com sede e foro em Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem-se destacando junto à comunidade londrinense e do Estado em defesa dos interesses dos cegos, em particular os do Município de Londrina.

As suas atividades, conforme relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com a aprovação e apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 197/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Mitra Arquidiocesana de Londrina", com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem-se destacando junto à comunidade londrinense e do Estado em defesa dos interesses dos paroquianos, em particular os do Município de Londrina.

As suas atividades, conforme documentos que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição comprova o preenchimento das exigências legais previstas na legislação estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com a aprovação e apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 175/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — A adoção do recém-nascido ou menor até dois (02) anos de idade, dará direito à funcionária pública adotante, a concessão de licença especial de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de seu vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.

Art. 2º — A licença prevista no Art. 1º será concedida mediante a apresentação do documento legal fornecido pelo órgão competente.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

**JUSTIFICATIVA:**

É das mais meritórias, a iniciativa do nobre Deputado Rubens Bueno, que visa conceder à funcionária pública que venha a adotar recém-nascido ou menor até 02 (dois) anos de idade, a mesma licença que é normalmente concedida à gestante.

A proteção à infância é sempre o objetivo maior do legislador, ao propor a criação de dispositivos de tal natureza e é incontestável que o menor adotado nas condições previstas neste artigo dependerá de igual forma da atenção e do carinho de sua mãe adotiva, carinho esse que se torna ainda mais necessário quando a criança já com alguns meses de vida, deve passar por um processo de adaptação em seu novo lar.

Justifica-se aí, juntamente, a concessão da licença proposta, por proporcionar à funcionária adotante o tempo necessário para a mencionada adaptação.

Acreditamos, no entanto, que na forma do substitutivo que ora apresentamos, os objetivos serão mais facilmente alcançados.

#### PROJETO DE LEI Nº 199/84.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1º — O parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 7711, de 15 de junho de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único — Pelo exercício das funções de que trata o “caput” desse artigo, o vice-Governador não perceberá qualquer espécie de remuneração, assegurado, entretanto, o direito de opção, exceto nos casos de órgãos de deliberação coletiva”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoioamento: TADEU LÚCIO MACHADO, CAÍTO QUINTANA, RUBENS BUENO e EDMAR LUIZ COSTA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7711, de 15 de junho de 1983, permite ao vice-Governador do Estado o exercício de funções específicas, em caráter transitório, se convocado pelo Chefe do Poder Executivo.

A alteração que se pretende fazer no art. 2º da referida lei, faculta o direito de opção no que concerne à remuneração percebida pelo vice-Governador, no exercício de outra função.

Semelhante direito é já consagrado na legislação pertinente. O direito de opção designa a faculdade atribuída a uma pessoa, seja pela lei, seja pela convenção ou negócio jurídico, de escolher entre duas situações diferentes. Desta forma, o titular desse direito tem, portanto, a faculdade de escolha.

O objetivo do presente plano de lei é exatamente possibilitar ao vice-Governador, quando no exercício de função pública especial, ainda que transitória, a liberdade de optar pela situação que melhor lhe permita o necessário desempenho do cargo ou função que lhe for atribuída.

#### PROJETO DE LEI Nº 200/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO PARANÁ”, com sede e foro na cidade de Londrina-PR, na Rua Piquiri, 211, 4º andar, s/45.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### JUSTIFICATIVA:

A “ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO PARANÁ”, com sede e foro na cidade de Londrina-PR., constitui uma sociedade civil, com fins de promover encontros, palestras, seminários e cursos voltados para o aprimoramento e valorização humana integrada nos aspectos sócio-culturais junto à comunidade, no aspecto social, de maneira geral, às pessoas carentes, assistência judiciária, orientação e assistência social.

#### PROJETO DE LEI Nº 201/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1º — O funcionário efetivo integrante da categoria funcional de Assistente Jurídico do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo dos Quadros Próprios de suas Autarquias que tiver ou vier a obter o título de Mestre ou Doutor, correlato com sua habilitação profissional, em Curso de Pós-Graduação credenciado pelo Conselho Federal de Educação, será enquadrado “ex-Officio” e sem qualquer processo seletivo, mas dependendo sempre da existência de vaga, no cargo inicial da carreira de Procurador da Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo único — Os efeitos do presente artigo aplicam-se também aos referidos títulos obtidos em instituição estrangeira, desde que revalidados na forma da lei e correlatos com a área de conhecimento objeto de seu enquadramento.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoioamento: RUBENS BUENO, EDMAR LUIZ COSTA e DIRCEU MANFRINATO.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade reconhecer o valor cultural dos funcionários efetivos integrantes da categoria funcional de Assistente Jurídico da área do Poder Executivo que sejam portadores do título de Mestre ou Doutor obtidos em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras, ou que venham obtê-las, como principalmente incentivar o aprimoramento intelectual daqueles, de modo a propagar entre os mesmos que esta é meta também fundamental de interesse da Administração Pública Estadual.

Aliás, a Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) dispõe expressamente em seu art. 280 que: “É dever imanente do funcionário diligenciar para o seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural”.

Desta forma, numa área carente de especialistas de títulos deste nível, deve o Poder Executivo estabelecer dispositivos legais que preconizem a reciprocidade de reconhecimento ao aperfeiçoamento profissional e cultural do seu Quadro de Pessoal.

Assim sendo, torna-se princípio de justiça e de incentivo funcional o enquadramento do funcionário na carreira mais compatível com a sua capacidade, em benefício da própria Administração Pública, dependendo da existência de vaga, e desde que o mesmo seja portador do título de Mestre ou Doutor, de modo “ex-officio” e independente de qualquer processo seletivo, este em razão de ter o mesmo obtido tal título, sempre perante banca examinadora constituída por professores de renome em suas respectivas áreas de estudos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgard Pimentel, inscrito.

Antes porém, a Mesa registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Vereador Dércio Galafaci, também Líder da Bancada do PDS, em Cascavel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente, nós queríamos dar as boas-vindas aos acadêmicos que se deslocaram de Cascavel e da região Oeste do Paraná, que, vindo a este Poder, trazem, no seu anseio, na sua reivindicação, o apelo para que nós Deputados Estaduais sejamos sensíveis à justa reivindicação não só dos Acadêmicos de Cascavel e da região Oeste do Paraná, mas, de todas as Faculdades espalhadas pelo nosso Estado - o que esperam, aguardam e desejam é que, o Governo do Estado dê condições ao ensino superior dos nossos jovens estudantes, às Faculdades que precisam formar o brasileiro de amanhã.

É oportuno, na abertura desta sessão, Sr. Presidente, manifestarmos a nossa posição, autores que somos, do projeto que inicia sua tramitação, na tarde de hoje nesta Casa, para que possamos alertar aos companheiros de que, esta luta não tem marca partidária porque entendemos ser uma luta de todo homem público que quer emprestar, através do seu trabalho, tudo que efetivamente for bom para o ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, no Estado do Paraná.

Repito:

As boas-vindas aos acadêmicos dos mais diversos cursos da Faculdade, da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel que interpretam, na vinda a esta Assembléia, o anseio de todos os estudantes que povoam as Faculdades de Ensino Superior do nosso Estado, e estou certo de que esta matéria que irá ser discutida hoje nesta Casa, receberá, de todos os Pares, de todos os Deputados, uma atenção toda voltada para os anseios ao Ensino Superior de nosso Estado, e por extensão, à cultura da gente que nós tanto amamos! (Lê):

"A interiorização do ensino superior tem sido, nos últimos vinte anos, uma importante meta do nosso desenvolvimento cultural, que só se complementará quando as nossas universidades estiverem convenientemente distribuídas nos principais polos municipais, descentralizando-se o ensino universitário, com proveito até mesmo para a melhor diversificação das diferentes categorias profissionais, hoje concentrados nas capitais e nos centros de maior densidade demográfica.

Muitas vezes, os municípios, com seu próprio esforço, às custas de ingentes sacrifícios financeiros, criam cursos de ensino superior, não tendo, depois, condições para ampliá-los, ocorrendo o mesmo com a iniciativa particular.

Tal o caso da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel, a "FECIVEL", instituída por aquele município em 1971, funcionando a partir de 1972 com os cursos de Pedagogia, Letras, Ciências e Matemática e, atualmente, com esses e mais os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Enfermagem e Engenharia Agrícola, todos reconhecidos.

Nesses doze anos de existência, nunca a instituição contou com o auxílio do Estado, mantendo-se com a contribuição dos alunos, cada vez com dificuldades maiores, diante da crise financeira, enquanto os alunos reivindicam equipamentos, pós-graduação, laboratórios, pesquisas e biblioteca.

Cada dia, o município se mostra menos capacitado a atender as necessidades desse educandário, enquanto o Estado mantém faculdades isoladas em municípios de menor porte.

Diante disso, a Diretoria da FECIVEL encaminhou memorial ao Governador do Paraná, solicitando-lhe a estadualização daquela Faculdade, "que não terá mais condições de subsistência se não houver rápido e decisivo apoio governamental".

Solicita-se, também, a criação de novos cursos, como Direito, Processamento de Dados, Educação Física, Supervisão Escolar e Biologia.

A FECIVEL serve ao Oeste do Paraná, região com mais de vinte e dois mil quilômetros quadrados, com 29 municípios, cerca de cento e oitenta mil habitantes em 1960, elevando-se a mais de setecentos e cinquenta e dois mil em 1980, com um crescimento superior a 335 por cento.

Nesse contexto, o Município de Cascavel se transformou em polo catalizador do êxodo rural, respondendo por 34 por cento da produção de grãos, 47 por cento de trigo, 37 por cento de soja e 16 por cento de milho, contando com a segunda bacia leiteira do Paraná.

Esse desenvolvimento demográfico e econômico estão sendo respondidos pelo progresso cultural, que precisa ser ajudado pelo Governo, mediante a estadualização da FECIVEL.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderíamos, de forma alguma, deixar de externar os nossos cumprimentos aos representantes do Município de Cascavel, e, cumprimentar os Parlamentares do Oeste do Paraná, Deputados Edgard Pimentel, Sérgio Spada, José Fonseca, Gernote Kirinus e Sabino Campos, que estão numa dimensão e num esforço suprapartidário, empenhando todos os esforços para que Cascavel venha a sediar a sua Universidade Estadual.

Tomo a liberdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de ler, na íntegra, mensagem que nos foi enviada:

"O fortalecimento ao setor educacional é missão de todos, e dever sagrado. O Oeste paranaense clama por apoio e reconhecimento, e pelo fim de uma discriminação injustificável; não temos aqui, sequer, uma Faculdade oficialmente apoiada pelo Estado. A estadualização da FECIVEL, mais que uma questão de justiça, é obrigação moral. O Oeste paranaense está em vigília cívica, para acompanhar a votação do projeto de estadualização da FECIVEL.

Seu apoio é imprescindível e será reconhecido com todos os louvores. Adelino Marcon, Vice-Prefeito, Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Cascavel.

É porque a causa educacional deve merecer absoluta prioridade, que nós, que reconhecemos que a manutenção do ensino de terceiro grau deve ser competência da União, nós pretendemos enfatizar apesar desta característica a necessidade como tantas vezes o fez, do Governo do Estado do Paraná ir em socorro a tantas omissões, no que diz respeito à atuação política do Governo Federal.

É por esta razão que externamos irrestrito apoio e os nossos cumprimentos à comunidade, aos Promotores e aos Parlamentares e em especial os do Oeste paranaense, que estão dando o melhor de si para converter em realidade a Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Da mesma forma aproveitamos a oportunidade, em nome do mesmo interesse educacional para fazer um apelo aos Parlamentares do PDS e do PMDB, para que no próximo dia 28 nós rejeitemos o veto governamental que ainda



estará atrelando ao professor que tem exercido tantos anos de magistério, no Estado, a obrigação de cumprimento de um segundo, incoerente e absurdo estágio probatório.

Mais do que uma questão de ocasião porque não é, os Parlamentares se recordam, demos entrada no projeto quando nem sequer havia a questão dos professores excedentes de 79. É uma questão de justiça. Nós não podemos continuar permitindo o que está ocorrendo.

Centenas de professores já aposentados num padrão, tendo já cumprido uma vida inteira voltado ao magistério, e sendo humilhados, sendo obrigados a cumprir um estágio probatório incoerente e absurdo, porque se coloca num suporte maior do que o verdadeiro estágio de uma vida inteira voltada à educação.

Com todo o respeito, portanto, ao Poder Executivo, é hora de nós valorizarmos o Poder Legislativo e demonstrarmos à Comunidade do Paraná que nós pretendemos sim, corrigir a nível global as extorsões e absurdos com que é ainda tratada a classe do Magistério do Paraná.

Enfatizamos ainda, nosso profundo desejo de que o Deputado Federal José Alencar Furtado que está recebendo cada vez mais uma manifestação de apoio, venha a ser o Presidente da Câmara dos Deputados, representando condignamente como haverá de fazer o nosso Estado e fazendo com que a voz do Paraná venha dimensionar, a orientar e a conduzir os trabalhos daquela Casa de Leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, como Deputado, como educador, saúdo a mocidade estudiosa do Oeste do Paraná, que tem no seu estabelecimento de Ensino Superior, a FECIVEL, a expressão cultural e intelectual da gente paranaense daquela região do Estado.

Mas, quero cumprimentar na pessoa do meu companheiro de partido, Edgard Pimentel e na pessoa do Deputado Mário Pereira do PMDB, além dos demais companheiros, Deputados já anteriormente citados, pelo Deputado que me antecedeu, o nosso aplauso e a nossa solidariedade, para que juntos auxiliemos essa comunidade regional de Cascavel para que ali seja edificada a grande Universidade Latino-americana do Estado do Paraná.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acusar aqui a presença do Sr. Josué Fernandes Kleb e do Sr. Francisco Lopes, dois amigos de Ponta Grossa, Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Paula. É um conjunto construído pelo Banco Nacional de Habitação, através da COHAPAR, inaugurado em 79, constituído de mil e novecentas casas, o que o coloca como quarto conjunto em dimensão neste País, com uma população de mais de dez mil habitantes e que até o mês de junho próximo passado pagavam treze mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros a prestação da casa própria, e passaram imediatamente, a partir de julho, a pagar quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois cruzeiros. Eu os recebo aqui prazerosamente para, a seguir, mantermos com o Sr. Gerente Regional do Banco Nacional de Habitação na Capital do Estado uma audiência com o fito de levar as reivindicações dos moradores daquele núcleo e que, por extensão, é de todos os núcleos, de todos aqueles que são mutuários do Sistema Financeiro da Habitação para discutirmos essa proposta do presidente-empresário, Nelson da Matta, que tem como objetivo atenuar o encargo financeiro dessas prestações que estão desequilibrando

orçamentos; estão fazendo baixar o nível de qualidade de vida desses mutuários e colocando em risco, pela inadimplência, o próprio Sistema Financeiro de Habitação.

E vale lembrar que, em maio deste ano, o Sistema Financeiro de Habitação, através do Banco Nacional de Habitação, adotou, pela primeira vez, o índice Nacional de Preços ao Consumidor, fazendo com que as prestações ficassem em torno de 80 por cento do referido índice oficial. Porém, daquela data a esta parte, a inflação consumiu totalmente os efeitos positivos que haviam sido proporcionados.

Neste momento, o Banco Nacional de Habitação volta a se preocupar com o problema da inadimplência e passar a propor um bônus sobre as prestações mensais em caráter emergencial como um modo também de evitar ainda mais a inadimplência que colocará em risco, em grave crise o Sistema Financeiro de Habitação. Porém, caberá ao novo Governo, seja ele constituído por quem for, seja qual for o partido e seja qual for o homem que assuma a Presidência da República, o grave compromisso assumido pelos veículos de comunicação social e pela imprensa de mudar, porque esta é a expressão de mudança do Sistema Financeiro de Habitação, adequando-o convenientemente à realidade sócio-econômica da Nação brasileira.

Nesta atitude do BNH em proporcionar um atenuamento das prestações, através de bônus, é preciso também que os recursos alocados sejam suficientemente capazes de evitar que tenha o mutuário, ao final do seu contrato de financiamento, após o prazo de duração, um novo susto, representado por um volume concentrado e residual que ninguém poderá, com seus esforços próprios e com a política salarial sacrificante. Que Deus ajude e que os homens tenham consciência que o sistema seja reformulado em favor da família brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, estou encaminhando à mesa um requerimento de apoio à Política de Reserva de Mercado de Informática. O requerimento é o seguinte: (Lê):

“Desde 1976, quando foi criada a Política Nacional de Informática, as empresas de capital e tecnologia genuinamente brasileiros tem reservado para si uma parte do mercado brasileiro. É a chamada Reserva de Mercado, especificamente nas áreas dos computadores de porte micro, mini e médio.

Tal política vem sofrendo, desde então, toda a sorte de pressões. O que não significa qualquer surpresa, pois o nosso país surge como um mercado dos mais atraentes para todos os produtores mundiais de computadores. Pesquisas as mais diversas, nos colocam entre o sétimo e o oitavo mercado mundial da informática.

Graças a PNI e a Reserva de Mercado, somos hoje, entre os países do Terceiro Mundo, o que mais avançou em termos de domínio de tecnologia nesta área. O sucesso de tal modelo industrial leva-nos a acreditar que poderemos obter resultados semelhantes, se for aplicado em outros setores da produção.

Não é gratuita, portanto, a intensa propaganda que o capital estrangeiro e os seus “testas-de-ferro” fazem contra a atual política de Reserva de Mercado na informática. Não só a cobiça das multinacionais pelo emergente mercado brasileiro de computadores, como também, o desejo de buscar impedir que o nosso país

conquiste a sua tão almejada emancipação industrial e tecnológica, alimenta tal campanha de pressões.

Urge que tanto a Política Nacional de Informática, quanto sua alavanca principal, a Reserva de Mercado, sejam estabelecidos em lei.

O Governo Federal encaminhou recentemente Projeto de Lei ao Congresso Nacional, com este objetivo. Lá, já tramitam outros projetos com a mesma intenção.

O debate que vem sendo travado pela Nação em torno da questão, não só repudiando de maneira veemente os golpes que são desferidos contra nossa soberania, como, igualmente, firmando posição em defesa da Reserva de Mercado, irão contribuir para que o Poder Legislativo assuma as definições que mais interessam à toda sociedade.

Atento a este debate e partilhando das mesmas preocupações, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades e personalidades abaixo nominadas:

- a) Aos Senadores e Deputados Federais do Paraná, no sentido de que apoiem projeto de lei que define a Política Nacional de Informática e estabeleça a Reserva de Mercado;
- b) Ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. José Richa, no sentido de que o mesmo se pronuncie publicamente, a favor da Reserva de Mercado;
- c) Aos Srs. candidatos à Presidência da República, no sentido de que os mesmos incluam em seus programas de governo a defesa da Reserva de Mercado”.

Este é o requerimento, para o qual eu peço o apoio dos Deputados de ambos os partidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por muitas vezes tenho me pronunciado a respeito do problema de segurança pública no Estado do Paraná, problema este envolto numa série de ramificações e se estendem desde os Municípios, ao Estado e a Federação, é realmente um problema siamês, um problema econômico, é um problema por conseguinte praticamente insolúvel enquanto não for solucionado o problema econômico recessivo da Nação brasileira.

Porém, no dia a dia, na hora a hora, é necessário tomarmos providências, providências que muitas vezes não basta a boa intenção do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, é necessária também a ação para que esse problema de segurança pública, realmente, não continue a intranquilizar as famílias paranaenses.

E há apenas um assassino do meu sobrinho

E há apenas um mês e três dias, para o juri do assassinato do meu sobrinho Heitor, um outro Heitor, em Londrina, quase foi fuzilado. Chefe de família, pai responsável, trabalhador honesto, quase também foi fuzilado pela Polícia do Paraná.

O Paraná e a Nação se violentaram com a agressão e o assassinato do meu sobrinho. Temos brigado desta tribuna; temos dado entrevistas, exigindo e pedindo, e até mesmo, se preciso for, a implorar segurança mais condigna para um povo trabalhador, como soe ser o povo do Paraná.

Todavia, a lentidão, a morosidade e a burocracia, não têm, na realidade, dado ao povo do Paraná, a segurança que

o povo precisa, e exige e está a necessitar, pela multiplicação cotidiana do banditismo, dos assaltos e dos assassinatos praticados, em todos os níveis e em todos os quadrantes do nosso Estado. Não gostaria que outro lar se entristecesse, como a nossa família se entristeceu; e que ainda hoje chora esta desgraça de termos policiais ineficientes e incapazes mais voltados ao assassinato e à criminalidade, do que mesmo à proteção das famílias e da segurança pública.

Nós não podemos mais continuar a conviver: será que vai ser necessário derramarmos mais sangue para podermos realmente termos uma política preventiva e não uma política punitiva? É necessário cobrarmos do nosso próprio Governo; porque foi compromisso do nosso Governo, de reformular a estrutura da Polícia do Paraná, civil e militar, junto ao túmulo do meu sobrinho, quando ele estava sendo enterrado. E eu vejo hoje, um outro xará, responsável. pai de família e trabalhador, praticamente ser fuzilado, tendo o seu automóvel metralhado e sendo salvo por uma simples casualidade, pela polícia do Paraná. Nós temos de punir estes irresponsáveis, de vocação assassina; porque o Paraná não é um Estado de bandidos. O Paraná é um Estado de trabalhadores e a Polícia não pode pensar que todo cidadão é um bandido. Ela tem de pensar que cada cidadão é um trabalhador honesto e digno. E somente após prova em contrário, poder tomar as medidas legais para poder atirar no cidadão, tem-se que, pelo menos, saber que ele é um foragido da justiça; não se atira por presunção.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa convoca o Sr. 4.º Secretário, Deputado Fuad Nacli, para assumir o seu lugar.

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O descaso a que está relegado o ensino hoje e, principalmente do terceiro grau, é o símbolo da tragédia, a que os militares, depois de 64, levaram o nosso País e que infelizmente persiste até hoje.

Eu falo no povo do Oeste aqui presente e que vem esta tarde, apoiar maciçamente, o projeto de um colega de Parlamento, o Deputado Edgard Pimentel, que estadualiza a Faculdade de Cascavel, a Faculdade de nosso Oeste do Paraná.

Nós estivemos presentes, por ocasião da audiência em que toda a sociedade organizada do Oeste, esteve em Palácio, na presença do Sr. Governador do Estado. E ouvimos de viva voz, do Sr. Governador do Estado, o apelo que ele fez ao povo do Oeste, de que antes de mais nada, lutassem com ele para que nós sensibilizássemos as autoridades federais para que a Faculdade de Cascavel fosse, antes de mais nada, federalizada.

E, que se as autoridades federais assim não o fizessem, o Governador do Estado assumiria a federalização da FECIVEL. E eu fico com o Governador do Paraná.

Mas, não poderia nesta tarde deixar de reafirmar a nossa posição de apoio ao projeto do Deputado Edgard Pimentel e, dizer que o Oeste do Paraná, uma das regiões mais ricas deste Estado e que tanto tem produzido, tanto tem feito e tanto tem contribuído não só para o Paraná, mas para este País e, em troca tão pouco tem recebido e acima de tudo, merece a melhoria do seu ensino.

O Oeste do Paraná não só merece a sua faculdade, como

tantas outras coisas, pois o Oeste do Paraná nestes últimos anos tem sido uma região enormemente esquecida.

E é hora do Oeste do Paraná unir as suas forças e não apenas pedir, mas exigir aquilo que lhe é de direito.

Que venha pois ao Oeste do Paraná a nossa faculdade estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa registra com satisfação, a presença do Sr. Vereador José Roberto Fagundes, de Paranaguá.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havíamos reservado o Grande Expediente para tratarmos de um assunto de real importância ao Estado do Paraná.

Havíamos reservado este Grande Expediente para nos pronunciarmos a respeito da construção da Hidrelétrica do solo paranaense, mais principalmente, o Rio Iguaçu e o Rio Paraná.

Havíamos feito inscrição para este Grande Expediente para debatermos sobre Ilha Grande, usina a ser construída pela ELETROSUL, e para debatermos sobre uma usina a ser construída no Salto Capanema, no Município de Capanema.

Aproveitamos esta oportunidade, já que vamos voltar a este assunto na próxima semana, a convidarmos os Deputados do PMDB e do PDS que por ventura não tenham se inteirado ainda da importância de uma discussão maior do problema Hidrelétrica do Paraná, para que o façam e que possamos promover um debate nesta Casa sobre estes aspectos.

Para isto, estamos encaminhando à Mesa, no dia de hoje, um requerimento propondo um Fórum de Debates sobre construção de usinas em território paranaense. Para que o Estado do Paraná se não puder questionar, impossibilitar a construção de usinas já programadas, possam pelo menos levantar a sua voz e cobrar do Estado do Paraná o retorno pelas grandes áreas de terra que está perdendo pela evasão dos seus trabalhadores, pela mudança climática originada nas regiões de mais produção neste Estado para que nós, passivamente, não venhamos a aceitar de que o nosso solo seja prejudicado, o nosso trabalhador expulso, e o nosso Estado não tenha retorno pelas terras que está perdendo.

Simplemente para dado ilustrativo nós queremos dizer que a Usina de Itaipu roubou do Estado do Paraná 800 km de terras, e que a Usina de Ilha Grande nos roubará 1.300 km de terra, aproximadamente, e nós nada temos feito para reclamar em favor do Estado paranaense.

Digo aos Srs. que estava inscrito para tratar sobre esse assunto, no entanto a emergência de um assunto mais grave, mais imediato, nos faz mudar o teor desse pronunciamento para chamarmos a atenção, nesta Casa de Leis, a respeito da gravidade do momento que se apresenta no Município de Marmeleiro, mais especificamente na Fazenda Anoni, aonde existe a iminência de despejo de aproximadamente 4.000 pessoas que ocupam aquela área!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 1.º de dezembro de 83 fizemos um pronunciamento, nesta Casa, alertando para os problemas graves de terra, no Estado do Paraná, naquele pronunciamento, conclamávamos as forças vivas, políticas deste Estado, do Governo Federal, do INCRA, do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, a ver a necessidade, urgente e imediata de se repensar, nesta Nação o problema de terra, porque não podemos mais ignorar um caso que existe, concreto, que desafia a seriedade dos homens que tratam do problema de terra, no Paraná e

do Brasil, e que estão permitindo a geração de focos de intranquilidade e talvez, até em futuro muito próximo a situação venha a se degenerar.

O Governador José Richa, alertou ontem ao Ministro Danilo Venturini sobre o problema da Fazenda Anoni, onde por decisão do Tribunal Federal de Recursos, o Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, já requisitou força policial para efetuar o despejo daqueles que estão sobre a Fazenda Anoni.

E estão desde quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Estão há mais de dois anos sobre uma área de terra que o INCRA havia desapropriado para efeito de assentamento fundiário, mais de 4.000 pessoas, hoje, ocupam essa área trabalhando, produzindo, mudando o visual de uma terra que nada se plantava e nada se colhia! Estão lá, produzindo, morando em barracos ...

O Sr. Sérgio Spada — Concede-me um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA — A seguir. Residindo em barracos, sem a mínima condição de conforto, mas não estão nas estradas, nas favelas, nas ruas, assaltando, roubando, trazendo intranquilidade, porque realmente estão trabalhando! Estão produzindo aquilo que a Nação quer, num Estado que precisa produzir para prosperar, numa Nação que vive da exportação do problema agrícola.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os dois anos que passaram, o problema gerado, a posse em cima desta terra consumada, o fato real aos olhos de todos, e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e o INCRA nada fizeram para solucionar um conflito que se mostra da maior gravidade se por ventura for executada a ordem de despejo.

São 4.000 pessoas que eu me pergunto, ninguém se questiona para onde irão!

São 4.000 seres humanos que por certo perambularão pelas estradas, engrossarão as favelas e muitos deles, por necessidade, poderão até debandar para o lado da sobrevivência, custe o que custar.

Concedo aparte ao Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado Caíto Quintana, realmente Vossa Excelência está expressando muito bem a situação daqueles posseiros que hoje se encontram na Fazenda Anoni.

Acompanhado do Deputado José Antônio Fonseca, Presidente da Comissão de Terras, do Presidente da ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária, da CPT e de uma dúzia, aproximadamente, de jornalistas do nosso País, estivemos ontem nessa propriedade, a Fazenda Anoni, e lá pudemos constatar, de perto, a gravidade do problema, nobre Deputado. Vimos aquelas famílias de agricultores que só querem trabalhar a terra para dela viver, com um nível de conscientização e organização muito grande, a ponto deles próprios terem construído em cada grupo, e são 14 grupos dentro dessa Fazenda Anoni, uma escola onde as famílias se cotizam e pagam a professora, inclusive o material escolar dos alunos que lá estudam. Que essas famílias que entraram - há cerca de 400 famílias - aproximadamente há um ano naquela fazenda, já produziram um número muito grande de produtos agrícolas, que vieram a fortalecer e enriquecer, inclusive, o Município de Marmeleiro.

Notamos, por outra parte, uma certa reticência por parte das autoridades municipais, ou seja, Prefeito e Vice-Prefeito, em apoiar o movimento daqueles humildes trabalhadores, e isso nos deixou, inclusive, um pouco entristecidos.

Famílias humildes que daquela terra querem tirar o pão e estudo para seus filhos, mas que estão na iminência de serem despejados e, aí, se nós formos analisar o mérito da questão,

chegaremos à conclusão de que, realmente, é uma invasão e que, perante a legislação, deverão ser despejados.

Tomamos conhecimento hoje pela manhã, de que o Exército brasileiro encontra-se acampado nas proximidades, ou até dentro mesmo daquela fazenda. Isso, para nós, é repugnante, porque não acreditamos e sabemos que esta não é a função do Exército brasileiro, tirar o trabalhador da terra onde ele quer trabalhar, e dela tirar o seu sustento e de sua família.

Portanto, Sr. Deputado, julgamos que a solução para este problema da Fazenda Anoni é exatamente uma solução política para o problema. Não adianta nos atermos e nos atermos tão somente numa legislação que hoje rege o problema da terra neste nosso País, porque aí, então, teremos que jogar essas 4.000 famílias daquelas terras, como bem Vossa Excelência falou, para a periferia: das cidades, para a beira de estradas, onde aquelas crianças, aquelas senhoras, muitas delas doentes, inclusive, haverão de morrer, pela insensibilidade e pelo excesso de legalidade das autoridades constituídas neste nosso Brasil.

Meus parabéns, nobre Deputado, e Vossa Excelência com esse gesto de hoje, pela tribuna, talvez esteja fazendo com que se evite que neste Brasil e neste Paraná, bem próximo tenhamos mais 3 ou 4.000 marginais ou marginalizados a prejudicar a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O Sr. José Antônio Fonseca — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Lembro-me muito bem, nobre Deputado Caíto Quintana, quando criaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, mais conhecido pela população brasileira como INCRA, e, fiquei, nobre Deputado, estarecido diante do pronunciamento feito pelo atual Presidente do INCRA, o Sr. Paulo Iokota, no Encontro Internacional sobre Assuntos Fundiários, que está se realizando em Salvador, na Bahia.

Nobre Deputado, sabe o que disse o Presidente do INCRA? Que o problema fundiário no País, se prende apenas a um problema de tecnologia, porque dinheiro o INCRA tem, e disse mais, que o INCRA tem 200 bilhões em caixa, e mais 140 milhões de dólares.

E de repente, nobre Deputado, no Paraná, um Estado essencialmente agrícola, um Estado que tem contribuído enormemente para este País, com a sua força de trabalho, que são exatamente os agricultores, e de repente, no Paraná se trava a mais importante luta hoje neste País, que é a luta pela terra. E os acampamentos, nobre Deputado, na área do próprio INCRA, em São Miguel do Iguaçu, o acampamento dos desalojados da Fazenda Mineira, e que hoje se encontram no pátio da Igreja Católica, no centro da cidade de Medianeira.

Aqueles acampados da Fazenda Imaribu, e que estão à beira da estrada, também no pátio da Igreja Católica, lá em Mangueirinha, e também, os ocupantes da Fazenda Anoni, que Vossa Excelência esta tarde se reporta, e o faz muito bem, são o símbolo, nobre Deputado, são o símbolo da tragédia, a que o governo militar de 64, com a sua política agrícola impôs a este País.

Por isto, nobre Deputado, nós, juntamente com o nobre Deputado Sérgio Spada, e mais uma equipe de mais de 15 jornalistas, representantes dos maiores jornais em circulação neste País, e mais acompanhados da maioria das entidades dos que apoiam a luta dos sem terra, estivemos na Fazenda Anoni e vimos de perto, esta tragédia a que levou a política agrícola implantada neste País.

Nós não pensamos, como muitos, que dizem que o Governo Federal não tem uma política agrícola; o Governo Federal tem uma política agrícola e uma política fundiária, porque depois de 64, exatamente este ano, nós vamos comemorar 20 anos da criação do chamado "Estatuto da Terra", que exatamente

foi criado para resolver o problema fundiário neste País. E Vossa Excelência se lembra muito bem, como eu, que antes de 64, quando o povo organizado, lutava pela Reforma Agrária neste País, pois bem, este governo militar, que tomou de assalto este País, criou um chamado "Estatuto da Terra", para truncar a luta pela Reforma Agrária. E eu me pergunto, nobre Deputado, o que fez o Governo Federal com o Estatuto da Terra? O que fez o Governo Federal com o INCRA?

Nós já estamos cansados de bater às portas do INCRA em Curitiba, estamos cansados de bater às portas do INCRA em Brasília, de falar com o general que preside os assuntos fundiários, e nós estamos, hoje, diante de uma das maiores tragédias a serem praticadas neste Estado, e veja bem, Deputado, num Estado essencialmente agrícola, e se efetivamente houver este despejo, de 4.000 homens que lá estão, homens, mulheres e crianças, e as notícias que já correm, que o glorioso Exército deste País já lá está para garantir os latifundiários e aonde nós vamos chegar, nobre Deputado? Aonde nós vamos chegar?

Por isso, este seu posicionamento nesta tarde, vem de encontro a todos aqueles que não temem os latifundiários, a todos aqueles que não temem, em apenas se solidarizar, mas estar ao lado que lutam por um pedaço de chão, por um pedaço de terra, e lá nós vimos, ontem, juntamente com aquela equipe de jornalistas, que aqueles homens, são homens afeitos ao cultivo da terra e estão cultivando essa terra.

E nós vemos, nobre Deputado, para terminar, que, por artifícios jurídicos, pela atual Lei Agrária existente neste País, os proprietários daquela fazenda conseguiram provar, na Suprema Corte deste País, que aquela área não era um latifúndio improdutivo, mas era uma empresa agrícola.

E nós sabemos perfeitamente, que a Justiça deste Estado, pela lei existente, tem que cumprir a Carta de Ordem, e infelizmente, a Polícia do Estado tem que cumprir o despejo, mas saiba Vossa Excelência que, daqui a pouco nós estaremos em audiência com o Governador do Estado, onde estarão presentes, além de parlamentares, todas as entidades ligadas a esta luta para que, juntamente com o nosso Governador, consigamos sustar esse despejo. E nós hoje já vimos, através dos meios de comunicação, o telex que o Governador José Richa enviou ao Ministro dos Assuntos Fundiários, para que o Governo Federal se sensibilize de uma vez por todas, e o Governo Federal que tem a propriedade, através da Legislação vigente, resolva de uma vez por todas, não só o problema daqueles que não têm terra, não só neste Estado mas no nosso País.

Por isto, nobre Deputado, nós sabemos perfeitamente, que nós só vamos resolver o problema fundiário neste País, quando as autoridades chegarem à conclusão de que só há uma maneira: é que, urge que neste País se faça uma séria Reforma Agrária.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço o aparte, Deputado José Antônio Fonseca.

Eu marcava aqui, nobre Deputado, quando Vossa Excelência referia-se ao fato de que o Dr. Paulo Iokota, Presidente do INCRA, diz que, o problema fundiário no Brasil, é um problema de tecnologia.

Não, Deputado Fonseca.

O problema fundiário no Brasil, não é falta de tecnologia; é falta de vontade de trabalhar, dos homens que administram os órgãos que deveriam promover a Reforma Agrária no Brasil, na nação, porque, tecnologia alguma é necessária para que uma nação se encontre com a sua realidade e proceda uma Reforma Agrária justa. Mas se reportava também Vossa Excelência, sobre a Fazenda Anoni hoje ser uma empresa agrícola, e nisso eu lembrava o grande projeto do Ministro Delfim Neto, de fazer empresas agrícolas dentro da Nação, argumentando que essas empresas dariam maior produção ao solo pátrio.

Mas alguém pensou nesse modelo absurdo de empresa agrícola sobre o lado social, num país em que o modelo econômico estanca toda a possibilidade de desenvolvimento econômico interno; no momento em que engrossam as filas dos desempregados; no momento em que a contenção econômica interna não permite as nossas empresas expandirem, expandindo o mercado de trabalho; nesse momento nós partimos para a empresa agrícola estrangulando no campo da agricultura a possibilidade de lá colocarmos mão-de-obra para poder produzir e para poder sobreviver.

Não é admissível mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que venhamos a fechar os olhos para essa realidade gritante na Nação brasileira. Não é possível mais que nós venhamos tratar os pobres, os necessitados, os "sem-terra" como se fossem brasileiros, como se não merecessem também a atenção das autoridades constituídas, como se não formassem o contingente de 130 milhões de brasileiros, como se fossem estranhos, pessoas para as quais as autoridades constituídas não voltam os olhos e não buscam soluções.

É verdade e é procedente pelas informações que temos, de que o Exército Nacional está montando acampamento na entrada da Fazenda Anoni.

Com que objetivos, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Para pressionar? Para atemorizar? Ou talvez nessa legislação que nós temos hoje arbitrária e prepotente ainda, para alertar a Polícia Militar do Estado do Paraná, que se ela não vier a executar o despejo, valendo-se do dispositivo legal, um oficial das Forças Armadas poderá assumir o Comando da nossa Polícia Militar e obrigar que se proceda o despejo?

Talvez um recado para quem? Porque achamos que tramitando ainda na área da justiça, nós não temos a necessidade de comprometer o Exército Nacional na execução de um despejo de brasileiros que, trabalhando geram recursos para sustentar os próprios soldos daqueles que vestem as fardas desta Nação.

Mas tem muito a ver esse pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o próprio problema que enfocáramos nessa tarde, nesta Casa, que é a construção de Hidrelétricas no Estado do Paraná.

Obviamente o território paranaense não vai crescer. Quando os filhos dos trabalhadores necessitarem de terra o Estado do Paraná terá as mesmas fronteiras e as mesmas definições de tamanho geográfico. No entanto, nós estamos hoje ocupando na construção de hidrelétricas, as terras mais férteis deste Estado, sem nos preocuparmos com os destinos daqueles que serão desalojados de cima das áreas.

E eu citaria aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que estava embutido na discussão sobre Ilha Grande, onde 5.140 quilômetros quadrados, aproximadamente, de terras serão inundados.

No Estado do Paraná, 139.510 hectares de terras serão inundados. E numa análise, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que fôssemos colocar em cima desta área hipoteticamente homens que não têm terra para produzir, dando uma área de 10 hectares para cada um, nós poderíamos aí assentar na desapropriação do Paraná e do Mato Grosso, mais de 30 mil famílias de trabalhadores.

Mas nós não estamos olhando isso, porque nós estamos olhando nesta Nação exclusivamente para a rentabilidade do solo, esquecendo de que a Nação só será rica se o seu povo tiver onde trabalhar, onde viver, onde constituir a sua família. O nosso protesto nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa conclamação a todas as bancadas políticas do Paraná, com assento nesta Casa e no Governo Federal, que somem fileiras para alertarmos a insensibilidade do Ministro para assuntos fundiários da Presidência do INCRA,

contra a estupidez da medida de despejo daqueles que hoje estão acampados na Fazenda Anoni.

São quatro mil pessoas senhores. Onde irão? O que farão? Como viverão eles e seus filhos? Um problema social dessa natureza não será resolvido por despejo; um problema social dessa natureza tem que ser encarado com seriedade para que nós possamos dar respostas aos problemas sociais da Nação. Não nos parece que esteja ainda findada a possibilidade de um acordo com os proprietários da área. Não estamos aqui advogando a invasão pura e simples de área neste Estado ou em outros quaisquer da Federação. Estamos aqui frente a uma realidade concreta, palpável e visível.

Há dois anos esses homens retiram o sustento das suas famílias de cima desta área; há dois anos o INCRA despertou para o problema, e são outros mais: é o caso Anoni; é o caso Imaribo; é o caso da Fazenda Cavernoso; é o caso da Fazenda Mineira; é o caso Gleba São Miguel, todos eles desafiando uma atitude concreta e corajosa dos homens que têm a obrigação de dar uma resposta ao assunto fundiário no Brasil, e ninguém faz nada. Os fatos acontecem por acontecer, como se eliminando quatro mil pessoas de uma área de terra nós teremos resolvido um problema. Não! Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós poderemos ter feito controle sem uma determinação judicial, mas o problema surgirá e continuará, porque esses homens necessitarão viver e morar, e não é com o despejo que eles irão conseguir essas perspectivas mínimas de vida para o ser e para o brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós esperamos confiantes de que o Ministro Danilo Venturini solicite aos homens da Fazenda Anoni ..... (ausência de som)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo um minuto para concluir a sua oração.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, respondendo pela Liderança do PMDB, eu usaria mais cinco minutos destinados à nossa Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa concede.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Não pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não podemos ignorar este fato.

Nós precisamos clamar quanto a esse fato antes que o Estado do Paraná se transforme aos olhos da Nação como um foco de conflito. Evidentemente que tem filho no colo para sustentar; evidentemente que tem quem ama seus filhos e não sairá pacificamente da área sem ter para onde ir. Esta é a verdade que existe, este é o fato concreto que estamos vivendo e assistindo, mas não poderemos cruzar os braços para ele; nós não poderemos ignorar essa realidade crucial que estão vivendo famílias paranaenses; não poderemos permitir que se consuma um ato arbitrário como esse.

Então, eu dizia, o Ministro Venturini pode ainda pedir à família Anoni a sustação da ordem de despejo para que nós possamos proceder uma negociação direta; os homens que estão sobre essa terra não a querem tomar de assalto; querem comprar, querem adquirir, querem pagar o direito de ter um pedaço de chão. E vejam bem, Senhores, são três mil e seiscentos hectares que haviam sido desapropriados pelo INCRA numa região de minifúndio, e quando nós vemos a própria preocupação dos proprietários de terras, de áreas vizinhas à Fazenda Anoni, o temor que eles têm de uma invasão na sua área, eu acho justificável e solidarizo com eles porque num País sem leis sérias como o nosso, ninguém tem garantias da sua própria propriedade, e se nós permitirmos a continuidade do descaso para a solução dos problemas sociais



brasileiros, a própria lei poderá ser aviltada, porque o homem despreparado busca de qualquer forma a sua subsistência, a sua possibilidade de vida, embora um pouco de dignidade, mas que possa dar sustento para seus filhos.

Ora, eu me pergunto o que deve estar passando na cabeça de mais de 400 famílias, vendo acampar o exército nacional na porta da área, esperando a cada instante o cumprimento de uma ordem de despejo não sabendo para onde levará a sua esposa e seus filhos, e isso nos assistimos de camarote, sem levantarmos a nossa voz, sem pedirmos justiça, sem pedirmos que se faça alguma coisa pelo problema social que existe de fato e que nós ignoramos por descaso, por falta de vontade de trabalhar, por falta de aderirmos à luta.

Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós temos conflitos hoje de invasões de área, não debitem para aqueles que tentam o seu pedaço de chão, debitem para o Ministro Danilo Venturini, debitem para o Presidente do INCRA, debitem para as autoridades responsáveis que não tiveram até hoje a coragem para enfrentar, de peito aberto, este problema, resolver o grave problema fundiário, numa nação de grandes latifúndios improdutivos e de uma quantidade de homens que querem trabalhar e que não têm terra para si.

**O Sr. Osvaldo Alencar Furtado** — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Caíto Quintana, é bom sempre lembrar que uma das grandes motivações, do grande e desastroso "golpe de Estado", que se implantou no Brasil nos idos de 1964, foi exatamente porque se pretendia fazer do Brasil, nos idos de antanho, exatamente uma reforma agrária, para dar ao homem que trabalha a terra, o seu pedaço de chão para ele produzir para a Nação.

Esta revolução é a principal responsável por hoje não termos tido uma reforma tributária, uma reforma administrativa e uma reforma agrária.

Esta revolução, sob o pretexto de que os que defendiam a reforma agrária, serem todos comunistas, implantou no Brasil, apoiada pelo reacionarismo dos "TFPs" e é o conservadorismo, do obscurantismo mais desastroso que a história da humanidade já conheceu, implantaram neste País uma desgraçada revolução de 1964, que só nos trouxe mazelas, problemas e dificuldades de todas as espécies.

Ilustre Deputado Caíto Quintana, o problema do homem que trabalha a terra, hoje, é também o problema do homem que mora nas grandes cidades deste País e deste Estado, exatamente porque falta ao governo e faltou ao governo da revolução ou a todos os governos da revolução, faltou a sensibilidade para o problema popular, para o problema social, para o problema de implantação de uma política de fixação do homem ao campo, e eles insensíveis cuidaram por exemplo da segurança nacional, cuidavam do que pensava o Edson Luiz ou Wladimir Herzog, eles pensavam no que pensavam os intelectuais

deste País; eles pensavam nas idéias daqueles que poderiam prejudicar as suas barganhas, os seus "chunchos" e as suas mordomias, e tentavam exatamente prejudicar os homens que tinham a sensibilidade do problema social e era a classe estudantil e intelectual deste País, e assim como uma grande parcela dos homens políticos que resistiram, democraticamente, sofrendo todo tipo de pressão, resistiram a toda espécie de arbítrio e de despotismo que a revolução implantou no Brasil.

Hoje estamos vendo e sentindo o agravamento do problema fundiário, do problema do homem que precisa trabalhar e precisa produzir, e hoje o Paraná e o Brasil, o Paraná que era decantado até como um Estado celeiro do Brasil, este Paraná e este Brasil hoje sofrem até mesmo problema de importação de gêneros de primeira necessidade.

**O SR. PRESIDENTE** — (Nelson Buffara) Apenas para alertar o Deputado que ocupa a tribuna, que o seu tempo está esgotado.

Consulto a Liderança do PMDB se concede mais tempo para que o Deputado prossiga na sua oração.

**O SR. MÁRIO PEREIRA** — Concedo mais cinco minutos ao Deputado Caíto Quintana.

**O Sr. Osvaldo Alencar Furtado** — Para concluir, Deputado Caíto Quintana, a sua explanação e os apartes que foram feitos, são tão esclarecedores para o problema momentâneo, ilustre Deputado, eu apenas desejei fazer o lembrete de que tudo isto vem de um passado de incompetência administrativa, de um descaso para com os problemas sociais, de abandono com o homem do campo, de real desinteresse total, completo e absoluto para se fixar o homem na sua terra, dando a ele condições legítimas de apoio, de proteção e de garantia do seu produto na hora de ele repassar o seu suor, o seu trabalho e o seu dinamismo, para o lucro que ele tanto precisa e necessita.

Sr. Deputado Caíto Quintana, é bom que não esqueçamos e a história nos conduz ao presente e nos conduzirá ao futuro, e todos estes problemas que nós hoje enfrentamos, nós temos que debitar na conta desta revolução que haveremos de enterrar no dia 15 de janeiro, quando elegermos Tancredo Neves para o próximo Presidente deste País, para o novo rumo que a Nação tanto necessita e que todos nós esperamos.

Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. CAÍTO QUINTANA** — Agradeço seu aparte e finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz bem o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, quando diz que os problemas cruciais que vivemos, têm a ver com os vinte anos de governos impostos que tivemos.

Porque não soubermos dar solução, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao Nordeste que até hoje nos cobra; estrangulamos o desenvolvimento do Sul; matamos o progresso dentro desta Nação; diminuímos a possibilidade de emprego; e neste instante em que quero saudar estes jovens do Oeste que aqui estão,



quero dizer também antevendo a dificuldade da estadualização da Faculdade de Cascavel, dizer também, jovens, que o próprio Governo Federal, responsável pelo ensino superior nessa Nação, nada faz em favor dele, impossibilitando à classe média de cursar os cursos que quer.

E lembro mais, para falarmos sobre o passado deste próprio Estado, para chamar a atenção de vocês, jovens, que hoje estão nas galerias desta Casa, honrando este Plenário que tivemos nesse Paraná, um Ministro da Educação e que nem sequer federalizou uma única Universidade do nosso Estado.

A nossa luta deve continuar para que o Brasil realmente favoreça os brasileiros; que quando não vemos solução nenhuma dada aos graves problemas nacionais perguntamos: que Pátria temos? Que governo temos, e até onde poderemos continuar caminhando pacificamente com os desmandos e descasos que nos são impostos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Ainda no horário do PMDB, solicito da Liderança que informe quem usará o restante do tempo.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Este Deputado que está na Liderança ocupará o restante do tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Com a palavra o Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero cumprimentar, de início, o Deputado Edgard Pimentel, meu amigo, Deputado da mesma cidade de Cascavel, que numa demonstração de que as diferenças partidárias desaparecem quando buscamos o bem maior da comunidade, entrou com um projeto que autoriza o Governo do Estado do Paraná, e se assim entender, ser do Estado do Paraná, estadualizar a Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL.

Peço aos meus companheiros da Bancada do PMDB, o apoio necessário, para que possamos aprovar este projeto de autoria do Deputado Edgard Pimentel, e cumpramos com isso mais um passo importante na estadualização da FECIVEL.

É necessário que se observe que este projeto por si só não estadualiza a FECIVEL. É um projeto autorizatório, mas que dispensa a que, quando o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado defina e determine a estadualização da Faculdade, esteja doravante desobrigado de nova autorização por parte do Poder Legislativo.

O importante é que consigamos a vontade expressa, a determinação do Governador de estadualizar nossa Faculdade.

E isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um apoio de todos os Deputados que receberam votação no Oeste do Paraná e, mais ainda, do Deputado Odeni Mongruel, de Ponta Grossa.

No mês de maio estivemos em audiência com o Sr. Governador e naquela ocasião o Governador José Richa, sensível também à presença de perto de 100 lideranças estudantis, educacionais, empresariais e políticas de Cascavel, em seu gabinete, comprometeu-se formalmente, ainda no seu governo, após tentar a federalização da FECIVEL, e Universidades paranaenses, prometeu formalmente, estadualizar a Faculdade de Cascavel como um primeiro passo da conquista da Universidade do Oeste.

Na ocasião preparamos dados para mostrar ao Sr. Governador. Como Cascavel tem sido discriminada, não só por pagar o ensino de 3.º Grau, mas Cascavel tem sido discriminada como o ensino de uma forma geral. E mostramos num quadro que, repetindo o que já dissemos desta tribuna há meses atrás, que enquanto a cidade de Maringá, do total dos gastos com o ensino naquele município, arca a Prefeitura Municipal com apenas 8,97 por cento dos gastos, Cascavel suporta com o seu minguado orçamento municipal, mais de 70 por cento do total com os gastos de educação naquele município.

E aí fizemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma pesquisa junto à Secretaria da Educação, para verificar nas nove cidades em que o Estado intervém com recursos para o ensino de 3.º Grau, verificarmos a situação do ensino numa forma geral e, é estarecedora a situação que encontramos e vergonhosa, pelo descaso à situação que se encontra em Cascavel.

Assim é que buscamos os dados e projetamos todos para 1984. Os recursos aplicados em projetos especiais de 1.º e 2.º Graus; os recursos do orçamento para ensino superior; os recursos aplicados no 1.º e 2.º Graus regulares, calculamos o total destes municípios, dividimos pela população e alcançamos os valores "per capita".

E aí vou ler alguns: "De retorno de recursos do Estado, cada cascavelense recebe por ano, em 84, a quantia de Cr\$ 17.602,00 que é o que? É o total que o Estado gasta em Cascavel, dividido pela totalidade dos habitantes; dá o valor "per capita", Cr\$ 17.602,00; ao passo que em Apucarana, o apucaranaense recebe Cr\$ 51.959,00; o habitante de Cornélio Procopio, Cr\$ 93.357,00; o de Londrina, Cr\$ 116.000,00; e o habitante de Maringá, Cr\$ 146.717,00 contra apenas Cr\$ 17.000,00 de Cascavel.

Ora, o Governador sensibilizou-se porque não podemos admitir que esta herança recebida pelo Governo José Richa permaneça sem que haja alguma ação concreta para reverter a situação.

E o Governador se comprometeu no primeiro passo, a estadualizar a FECIVEL, mas em seguida passou a enviar a Cascavel, para ajustar um pouco a situação, a quantia de 14 milhões de cruzeiros mensais, a fundo perdido, para ajudar o Ensino de 1.º e 2.º Graus.

Quanto à FECIVEL, conseguimos já para ajudar nas finanças, um convênio com o DETRAN do Paraná, para os exames psicotécnicos que, no Estado, eram no nosso Estado, todos eles feitos, e os recursos para lá carregados pela Universidade Católica do Paraná. Hoje, no Oeste do Paraná, quem faz os exames

psicotécnicos para o DETRAN e os exames médicos é a FECIVEL, conseguindo com isso os recursos na ordem mensal de 6 a 7 milhões de cruzeiros.

Estivemos com o Diretor da Faculdade, Professor Ary Gandelli, na Secretaria do Interior, na Secretaria do Planejamento, na Secretaria da Administração e na Secretaria de Segurança, para que junto a essas Secretarias, pudessemos alinhar alguns convênios, para que o aluno da FECIVEL se integrasse melhor com os problemas do Paraná e ao mesmo tempo, além de preparar melhor o nosso estudante, carrear recursos para aquela instituição de ensino.

Mas, a verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é evidente que não podemos culpar este governo por esta situação. Herdou esta situação. Poderemos culpar este governo se ele nada fizer até o final do seu mandato para reverter a situação, mas alguma coisa já está sendo feita.

Eu quero colocar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais um dado...

O Sr. Sérgio Spada — Solicito o aparte, nobre Deputado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Concedo o aparte, antes de continuar, ao nobre Deputado Sérgio Spada, que na ocasião, juntamente com os demais Deputados do Oeste, Deputado Odeni Mongruel, foram lá solicitar ao Governador do Estado, que estadualizasse a FECIVEL, não a Faculdade de Cascavel, mas o embrião da Universidade do Oeste.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado Mário Pereira, a luta que o povo de Cascavel e de modo geral do Oeste do Estado do Paraná, como Vossa Excelência muito bem está demonstrando é justa, justíssima, pois que o estudantado daquela região tem tido a desvantagem em relação a outras regiões do Estado do Paraná, de ter ofertado para si, um número muito reduzido de cursos, e cursos que hoje não oferecem, após a formatura, uma área de atuação, uma área de trabalho, como os que existem, hoje, por exemplo na Faculdade de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa, por exemplo, e o Oeste do Estado do Paraná, que é uma das regiões mais ricas desse nosso Estado, assim como o Sudoeste do Estado do Paraná, hoje sentem-se privadas do direito e do privilégio de ter ali, localizada, uma Universidade estadual ou mesmo federal.

Lamentavelmente o governo do PMDB, Governo José Richa, pegou o bonde andando, esse estado de coisas não é um subproduto da política do PMDB no Brasil e no Estado do Paraná, pois que o PMDB só assumiu o Governo em 1982.

Mas, dado já ao espaço que é concedido para o movimento estudantil, hoje aqui representado pelos professores e até mesmo Parlamentares, espaço dado por esse Governo do PMDB, o Oeste do Estado do Paraná se levanta, e hoje, de maneira mais concreta está, nesta oportunidade, votando um projeto de lei que devolveria ou dá a estadualização da FECIVEL, situada em Cascavel.

Nós, na condição de relator do projeto do Deputado Edgard Pimentel, damos o parecer favorável à criação dessa faculdade. Sabemos, nobre Deputado, o destino desse projeto de lei; sabemos dos problemas que esse projeto de lei vai enfrentar daqui para a frente, talvez o mesmo destino que teve o projeto de lei do Deputado Rubens Bueno, aprovado pela Assembléia, vetado pelo Governador, possivelmente derruba veto, e aí o Governador pode alegar inconstitucionalidade do projeto perante a justiça.

Mas, seja o resultado que for, da aprovação desse projeto, e desse movimento que o Oeste está fazendo, alguns resultados concretos, alguns pontos positivos haverão de ficar.

A luta política, esse movimento e a conscientização do Paraná, de que o Oeste realmente precisa de uma Universidade, de preferência federal, está de maneira inequívoca demonstrada. E nós haveremos, nobre Deputado, ao contrário do que fazia o PDS nos tempos em que o PMDB era minoria nesta Casa, e que o rolo compressor passava por cima de todos os projetos do PMDB, MDB na época, nós do PMDB haveremos de votar, assim como já votamos, favoravelmente a esse projeto.

Eu queria parabenizar as lideranças estudantis os professores, as lideranças políticas do Oeste do Estado, que aqui se encontram hoje, por esse movimento brilhante, que de forma clara também está demonstrando que o Oeste do Paraná existe e está se emancipando política e administrativamente.

Muito obrigado, nobre Deputado, e meus parabéns pelo seu brilhante pronunciamento.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço ao nobre Deputado Sérgio Spada, do nosso Oeste também, e que tem nos ajudado nesta luta pela viabilização do estudo de 3.º Grau na cidade de Cascavel e no Oeste do Paraná.

Mas, nobre Deputado Sérgio Spada, o Governo alega, e com razão, que não há recursos para suprir o 3.º Grau. E argumenta de forma que nós, num país de escassez de recursos, passando por uma crise recessiva, gastamos mais com o ensino universitário, por aluno, do que a Europa. Enquanto na Europa temos um professor para cada 22 alunos, o Paraná, pobre de recursos, se dá ao luxo de ter um professor para cada doze alunos somente. E nesta argumentação da escassez de recursos: para o 1.º e 2.º Graus, englobando tudo com os recursos para a educação, e argumentam que estão sendo carreados recursos demais para o 3.º Grau, enquanto temos deficiência nos 1.º e 2.º Graus.

Mas quero me comprometer aqui, nobre Deputado Sérgio Spada, Sr. Presidente, a trazer a esta Casa um estudo que estamos procedendo, para que repensemos o ensino de 1.º e 2.º Graus, antes que culpemos o do 3.º Grau pela falta de recursos.

E numa primeira abordagem, eu quero dar aqui alguns dados estarecedores também: temos, no Paraná, mantidos pelo Governo do Estado, 1.105.737 alunos, e efetivamente as aulas ministradas por semana, totalizam 554.063 horas.

Acompanhe o raciocínio, Srs. Deputados: 554.063 horas-aula por semana. Se dividirmos esse montante por um padrão que são, ao professor, com um padrão, o padrão dá direito e obrigação de ministrar 20 horas por semana, se dividirmos então, as aulas efetivamente ministradas, no primeiro e segundo graus por 20 horas, quer dizer, por um padrão teremos o número de, teoricamente, necessitaríamos apenas 27.703 padrões, ou seja, 27.703 professores.

Ora, isto daria uma média de 39,91 alunos por professor. Mas a realidade é outra, Srs. Deputados, Sr. Presidente. A Secretaria de Educação, pasmem, do Paraná, tem 57 mil funcionários, entre professores, serventes, vigias, enfim, 57 mil funcionários, quando a necessidade teórica pelas aulas efetivamente ministradas seriam de 27 mil professores. Tem 30 mil pessoas que não dão aula; e se nós em vez de 57 mil, tivéssemos 20 mil, somente 20 mil pessoas de reserva, 27 dando aula e 20 mil de reserva, baixando em 10 mil, economizaria o Estado 65 bilhões de cruzeiros, aproximadamente, nos valores médios que ganha um professor hoje.

65 bilhões de cruzeiros, dava para resolver o problema da erosão no Paraná. É preciso repensar o primeiro e o segundo grau, antes de culpar o terceiro; mesmo admitindo os erros do terceiro grau, e os esbanjamentos de recursos, quem sabe, por uma estrutura deficiente, e uma estrutura que não está calcada na realidade social do País. Mas é preciso que não discutamos, principalmente, aquele que leva mais recurso do Estado, que tem um ensino deficiente, um ensino de base que precisaria cada vez melhorar mais, que é o primeiro e segundo graus. E não podemos gratuitamente culpar o terceiro grau pela falência do ensino no Paraná.

Apelo, para encerrar, Sr. Presidente, aos Deputados da minha bancada do PMDB, para que votem favoravelmente ao projeto do Deputado Edgard Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Presidência lamenta, mas informa que a galeria não deve manifestar-se nem com aplausos e nem com outras manifestações.

Obrigado pela compreensão.

O SR. MÁRIO PEREIRA — E cumprimento os professores e alunos de Cascavel que aqui vieram para pressionar esta Casa de Leis, que é sensível aos apelos populares. Quero cumprimentar os Vereadores de Cascavel que aqui vieram, aos professores e alunos; aos Vereadores que aqui vieram, Vereador Eliseu Schmidt do PMDB, Vereador Tércio Galafacio do PDS; cumprimentar o vice-Prefeito de Cascavel, Dr. Adelino Marcon, que aqui veio também, ao ex-Deputado de Cascavel, David Cheriegate, que se soma nesta pressão justa em favor da FECIPEL; dizer que aqui hoje a diretoria da COPAVEL, em meu gabinete para pedir o nosso empenho em favor da solidarização da FECIPEL.

Agradeço também por ter vindo hoje na Assembléia especialmente ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Lamento, mas o horário de Vossa Excelência está concluído. Meio minuto para concluir sua oração.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço também ao Prefeito de Catanduvas, que aqui veio especialmente apoiar a reivindicação da Faculdade do Oeste do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No horário reservado ao PDS, consulto a Liderança sobre quem fará uso do mesmo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O Deputado Edgard Pimentel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Com a palavra o Deputado Edgard Pimentel, representante do Município de Cascavel e Oeste do Paraná.

Apenas, qual o tempo destinado ao Deputado Edgard Pimentel, o tempo total, Deputado Luiz Alberto Oliveira?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está com a palavra o Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa vive hoje um dia histórico. Porque, entendo eu, neste dia, com propriedade se discute um dos temas mais sérios que envolvem não só a sociedade do Paraná, do Oeste do Estado, mas, de toda a Nação.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao problema do ensino, e valendo-me da oportunidade que me confere a Liderança do PDS para fazer a defesa do projeto de nossa autoria, que propõe ao Sr. Governador do Estado a estadualização da FECIPEL, devo dizer em alto e a bom som, o que queremos para a Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel-é, também, o que pretendemos para todas as Faculdades do Estado do Paraná, isto é, ensino gratuito para todos os nossos filhos, em todos os níveis. Entendemos, e tomo esse sentimento, calcado nas dificuldades que tivemos para galgar os degraus dos cursos escolares, e portanto, temos uma visão cristalina de que a maioria das famílias do Paraná e do Brasil não estão podendo mais arcar com os elevados custos para graduar os seus filhos.

E eu coloquei aqui, já na primeira oportunidade em que abordamos o referido projeto de nossa autoria e que está sendo discutido pela primeira vez neste Plenário, de que, a iniciativa que tomamos não tinha, e não tem marca partidária, não tinha e não tem marca de filiação partidária, aqui não tinha e não tem marca de ideologia política, eis que nós, homens públicos, temos que encarar com seriedade, interesses maiores da nossa comunidade.

Por isto, eu ouvi com muita atenção o discurso do eminente Deputado Mário Pereira, e eu não esperava outra atitude do eminente colega, senão esta, de apoio ao projeto, projeto este que, virá ao encontro não só dos interesses dos estudantes de Cascavel, do Oeste do e Sudoeste, mas ao encontro dos interesses de todos os estudantes do Paraná.

Da mesma maneira eu sou sensível e agradeço de público, a manifestação de apoio que tivemos de todos os Srs. Deputados, das duas Bancadas, que têm assento nesta Casa e que representam o Oeste, o Sudoeste do Estado, Deputado José Fonseca, Deputado Sérgio Spada, Deputado Gernote Kirinus, Deputado Werner Wanderer, todos unidos em torno desta causa que será, efetivamente, um passo adiante na luta que tivemos em busca de melhores dias para os jovens de hoje que amanhã, certamente, estarão nos nossos lugares, não só nas Assembléias Legislativas, mas nos Governos do Estado, enfim, na direção dos destinos do Estado do Paraná e do Brasil.

Portanto, Srs. Deputados, é com propriedade que nós defendemos o direito do estudante, o interesse que o estudante universitário tem, de buscar, de se qualificar para, com propriedade, desempenhar dignamente uma função, no dia de amanhã.

E que para todos tenham algumas razões, nós gostaríamos de refrescar a memória com alguns dados da região Oeste do Paraná, que reivindica, não só benefício na área do ensino superior, na área de ensino de primeiro e do segundo graus,

mas que reivindica com propriedade, com os olhos do Governo do Estado voltados para a região que mais contribui com o Tesouro do Estado, na arrecadação de divisas.

Eu quero também salientar que esse projeto ora em discussão aqui na Assembléia, tem merecido a adesão e o apoio de todos os homens de todos os segmentos da sociedade produtiva de Cascavel, do Oeste e Sudoeste. Assim é, que nós tivemos dentro das Câmaras de Vereadores sempre total e irrestrito apoio à causa que defendemos em favor dos estudantes universitários de Cascavel e do Oeste do Paraná. Todas as entidades de classe, cooperativas, sindicatos, associações, fizeram chegar as nossas mãos manifestações de apoio à iniciativa que tivemos.

De forma que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vale a pena destacar alguns tópicos sobre a contribuição que o Oeste do Paraná dá ao desenvolvimento do nosso Estado.

Senão, vejamos: a Região Oeste do Paraná polarizada por Cascavel, compreende uma superfície de 22.943 km quadrados, correspondendo a 11,6 por cento do território paranaense. E nesta região se localizam 20 municípios. E na década de 70 a 80, a microrregião do Oeste do Paraná caracterizou-se por apresentar uma das mais altas taxas médias geométricas anuais de crescimento de população no Estado, na ordem de 2,4 por cento.

E se a população do Estado do Paraná em 1960, era de pouco mais de 4 milhões de habitantes, a nossa região naquela época tinha apenas 172 mil habitantes, o que representava nada além de 4 por cento da população global do Estado.

E na década de 70 a população do Estado atingiu mais de seis milhões, quase 7 milhões de habitantes, representando um crescimento de 62 por cento, na qual contribuiu a microrregião, do Oeste do Paraná, que atingiu em 1970, atente bem para esse fato, em 1960 nós tínhamos uma população, na região, de 172 mil habitantes. E pulamos em 1970 para quase 800 mil habitantes, num crescimento vergitinoso de mais de 300 por cento, e passamos a representar então 10 por cento da população do Estado.

O Município de Cascavel foi transformado nos últimos anos em pólo catalizador do êxodo rural do Oeste paranaense, além de acolher centenas de famílias de desempregados dos municípios vizinhos.

A sede municipal teve um crescimento abrupto e desordenado, ampliando sua periferia e os problemas sociais que acompanham, com apenas 11,6 por cento do território a região Oeste do Paraná é responsável por 34 por cento da produção de grãos, detendo a primeira posição quanto aos cultivos do trigo, da soja e do milho no nosso Estado; é a região a segunda bacia leiteira do Estado, mesma ocupação, mesmas posições ocupadas na suinocultura e na avicultura de corte. O município, centro geográfico da Região, com 11,92 da superfície regional, é responsável por 14 a 16 por cento da produção de grãos do Estado.

Além destas diferenças percentuais, nós estamos diante de um fato que ninguém na Região Oeste e Sudoeste do Estado pode entender ou interpretar, uma vez que o poder público, em que pese a nossa contribuição, não nos dá nenhuma contribuição concreta para que nós possamos viabilizar o ensino superior no Oeste do Estado. Se nós temos ou tivemos em 1983 a Universidade de Londrina, que recebeu dos cofres públicos uma contribuição de mais de 6 bilhões de cruzeiros; a Universidade de Ponta Grossa, que recebeu naquele ano mais de um bilhão, seiscentos e oitenta milhões de cruzeiros; a Universidade de Maringá, que recebeu uma fatia de mais de quatro bilhões de cruzeiros, superior em quase que o dobro a arrecadação que o Município

auferiu para o Estado; se Guarapuava recebeu duzentos e oitenta e quatro milhões; se a Faculdade de Cornélio Procopio recebeu trezentos e vinte e um milhões, todas as Faculdades juntas tiveram uma participação efetiva dos recursos do erário público.

Entretanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, outros municípios que têm as suas Faculdades mantidas pelo Estado, como é o exemplo de Jacarezinho, Paranaguá, União da Vitória e Apucarana, nós sentimos que as Faculdades estabelecidas na nossa Região não receberam em 1983 e não irão receber em 1984 nenhum centavo destinado ao Ensino Superior, tanto a FECIVEL, a FACITOL de Toledo, a FACIMAR de Marechal Cândido Rondon, a FACISA de Foz do Iguaçu, a de Pato Branco, a de Palmas, de Umuarama e de Campo Mourão não recebem a contribuição a que faz jus para poderem viabilizar a manutenção de seus cursos superiores.

O Sr. Odeni Mongruel - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. EDGAR PIMENTEL - Logo em seguida.

De outra forma, observando-se a somatória de retorno de tributos recolhidos nos municípios, somadas ajudas estadual ao ensino superior, notamos discrepância ainda maior em detrimento ao Município de Cascavel, como se comprova União da Vitória, Jacarezinho, Guarapuava, Cornélio Procopio, Maringá, Londrina, Ponta Grossa, todas tiveram um percentual de retorno sobre a arrecadação adquirida no município superior a 30%, chegando algumas comunidades citadas, como é o caso de União da Vitória que, em 1983, teve um retorno de 52%, ao passo que os Municípios da Região Oeste, a começar por Cascavel, tiveram um retorno em torno de apenas 20%.

Tomamos como base o retorno de tributos de destinações estaduais para o Ensino Superior, creditado a demais municípios, observamos que, se Cascavel tivesse um tratamento equânime deveria ter recebido um bilhão, oitocentos e oitenta e nove milhões de cruzeiros acima do retorno que recebeu na ordem de um bilhão, novecentos e quatorze milhões de cruzeiros.

Eu concedo o aparte com muito prazer.

O Sr. Odeni Mongruel - Ilustre Deputado Edgard Pimentel, Vossa Excelência volta à tribuna para trazer ao conhecimento dos Senhores Deputados e daí pela grande imprensa do Estado, ao conhecimento da sociedade paranaense de que efetivamente estamos vivendo momentos de grande significado, eu encaro essa posição que Vossa Excelência adota e que tem o respaldo dos nossos colegas, deputados de ambos os partidos e que têm as suas bases eleitorais no Oeste, Sudoeste paranaense, no sentido de que aquela região receba o que ainda não recebeu no que concerne às atenções do Governo do Estado, e se possível e por extensão do próprio Governo Federal, a fim de efetivamente consolidar aquela progressista região do Paraná, orgulho deste País e que contribui de forma expressiva gerando riquezas da balança de pagamentos, no sentido de amenizar as nossas contas internacionais, para que aquela gente que construiu tamanha riqueza material possa efetivamente compensar também no plano espiritual e intelectual, tanto esforço e tanta dedicação emprestados à construção do

nosso Estado e do nosso País.

Quero dizer a Vossa Excelência, repetindo que tenho um profundo respeito e uma grande consideração pela Faculdade de Educação Ciências e Letras de Cascavel, eu tive desde o princípio dessa instituição de ensino superior do Oeste a oportunidade de acompanhá-la desde os seus primeiros passos, de acompanhar o trabalho de seu primeiro diretor, dos professores e dos alunos que juntos construíram e edificaram, com o apoio da comunidade municipal de Cascavel, um prédio belíssimo e um propósito dos mais significativos, e é perfeitamente justa a pretensão histórica deste momento, em que se busca a elaboração da Universidade do Oeste, porque valeria lembrar aqui, a Universidade é antes de tudo reflexo da sociedade que a abriga.

A sociedade do Oeste do Paraná, a cidade de Cascavel, já fizeram o suficiente para edificar esta grande obra da cultura do homem, instituindo o seu estabelecimento de ensino superior maior, em favor não apenas dos de hoje, mas em favor de antes de tudo das gerações futuras.

É indiscutivelmente que a instituição de ensino superior de Cascavel não nasceu de atitude generosa do Governo Estadual ou do Governo Federal, mas isto sim nasceu como aspiração legítima da região e ainda como forma de construção cultural de sua própria gente.

Vale lembrar Deputado Edgard Pimentel, que o crescimento do ensino superior no Oeste do Paraná, em particular na sua cidade de Cascavel, na FECIVEL, no seu estabelecimento de ensino superior, no nosso estabelecimento de ensino superior não se fez por acaso, mas antes de tudo se fez, isto sim, pela densidade educacional de primeiro e segundo graus, na cidade e na região mantidos pela Prefeitura Municipal, pelo povo de Cascavel e pelas comunidades que compõem a respectiva região do Oeste do Paranaense.

Portanto, Deputado Edgard Pimentel, membros representativos da comunidade de Cascavel, estudantes da FECIVEL, de hoje, e da futura Universidade do Oeste do amanhã, é preciso que se diga que esta Universidade de Cascavel está sendo elaborada em um verdadeiro processo natural e sadio, de forma ímpar, porque nunca se fez através desse caminho, o que hoje está sendo trilhado pela comunidade brilhante, batalhadora, do Oeste Paranaense. E a este caminho, que não é comum, impõem-se tanto pela evidência de sua necessidade, quanto pelos altos desígnios que cabe cumprir à instituição de ensino superior de Cascavel, em favor do povo da região e em favor da humanidade.

Eu tenho absoluta crença que a futura Universidade do Oeste, que tem como sede prevista, a Cidade de Cascavel, mas, que não se esgotará aí, a sua influência e cederá ao seu rincão, pois como instituição, servirá ao mundo e que pelas suas características e pela região geopolítica, em que será instalada, com certeza, abrigará e levará a essas aspirações, a fazer com que o seu perfil futuro, seja aquele que temos repetido, da primeira Universidade Latino-Americana do Paraná, e deste País.

Vale lembrar porém, Deputado Edgard Pimentel, que o sistema fundacional, adotado pela FECIVEL, e proposto ainda, através da estadualização e prosseguindo, a forma jurídica que vai dar sustentação à Universidade do Oeste, é preciso que se diga, confere muito mais

obrigações e propõe desafios, do que propriamente concede vantagens ou regalias. Mas eu tenho absoluta convicção, pela força das elites do Oeste paranaense e pela qualidade da juventude estudiosa de Cascavel e região, a Universidade do Oeste, será para todos nós brasileiros, dentro de pouco tempo, uma grata realidade. Meus parabéns, Deputado Edgard Pimentel, e receba o meu testemunho e o meu apreço pelo carinho, pelo cuidado como Vossa Excelência tem levado como questão de honra esta matéria, à frente, e com certeza, a fará vencedora.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Eu agradeço o aparte do eminente Deputado Odeni Mongruel, e pela ordem concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Edgard Pimentel, nesta tarde em que a Assembléia Legislativa aprecia o Projeto de Lei n.º 26/84, algumas coincidências aqui precisam até ser clareadas. O seu Projeto 26/84, coincidentemente, é o mesmo número do projeto que nós apresentamos o ano passado, com relação à estadualização da FUNDESCAM, também, que levou o número 26/83.

Outras coincidências, a de que Vossa Excelência traz o apoio não só da sua Bancada, não só do seu trabalho, mas também o apoio dos Deputados, dos Parlamentares do PMDB, dos Prefeitos, dos Vereadores, de toda a comunidade do Oeste desse Estado. Nós também recebemos de nossa região, o apoio, não só da nossa Bancada, como também do Deputado Augusto Carneiro do PDS, de Prefeitos, de Vereadores, de toda a comunidade daquela região. E neste momento, em que se aprecia um projeto desta relevância, em que, se alguns dizem que o problema do terceiro grau, não é o problema do Estado, mas sim um problema da União, nós que vivemos o problema lá na base, diríamos o seguinte: se não é problema do Estado, se é problema da União, porque terá que ser do município, que tem muito menos condições de realizar alguma coisa em prol de novos cursos, em prol do espaço físico, em prol do ensino profissionalizante, em prol de que o estudante realmente tenha condições profissionais, ao deixar uma faculdade? E é neste momento, em que ao apreciar este projeto que Vossa Excelência, que com autoridade, com abnegação, vem dedicando parte do seu trabalho neste Parlamento, para ver este projeto ser realidade, nós temos também a dizer, que além do trabalho de Vossa Excelência, nós recebemos um telex do vice-Prefeito de Cascavel, Dr. Adelino Marcon, em que ele colocou junto com os estudantes, professores e funcionários da FECIVEL, vigília cívica, para conseguir esse intento. E Vossa Excelência já explanou muito bem, colocando aí o que o Estado gastou no ano de 83, com a Universidade de Londrina, com a Universidade de Ponta Grossa, com a Universidade de Maringá, com a Faculdade de Jacarezinho, de Apucarana, de Cornélio Procopio, de Guarapuava, enfim, e porque discriminar a FUNDESCAM, e porque discriminar a FECIVEL? Há de se perguntar então:

a FUNDESCAM, a região de Campo Mourão, a FECIVEL que é na região de Cascavel na região oeste do Paraná, não faz parte do Paraná? Será que as nossas regiões também não contribuem decididamente para que o Estado venha se manter e possa construir e

gerar benefícios aos paranaenses?

Estas questões têm que ser levantadas, questionadas, porque nós não podemos admitir discriminação. Nem Vossa Excelência como opositor nesta Casa e nem eu como Parlamentar da Situação, do Governo neste momento no Paraná.

Estas questões de discriminação nós não podemos admitir em hipótese alguma.

Ademais nobre Deputado Edgard Pimentel, o problema das faculdades, realmente reiniciou-se a partir de 1968, aquela período obscuro da vida nacional, em que ditadores do poder fizeram e desfizeram neste País. Procuraram definhar as Universidades públicas para colocar as Universidades particulares em ação. E a partir daí chegamos ao absurdo de 75% das Faculdades estarem em mãos de particulares. Todas elas deficitárias. E aí nós perguntamos: e o que valeu esta expansão para a Universidade particular?

Valeu de nada, porque o ensino caiu vertiginosamente, chegando hoje ao caos, tanto que o ensino neste País precisa ser totalmente remodelado.

Eu quero ao parabenizar Vossa Excelência, ao parabenizar este trabalho não só de Vossa Excelência, mas de toda aquela região, que consiga seu intento e conte de lá decididamente com o nosso apoio.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Muito obrigado Deputado

Roberto Requião pelo seu aparte e, concedo aparte ao Líder da Bancada do PDS Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Deputado Edgard Pimentel, honra-me apartear-lo nesta tarde.

Vossa Excelência demonstra que o povo de Cascavel e da região Oeste do Paraná estava certo, ao, na eleição de 1982, delegar a Vossa Excelência, a missão de ser a voz daquela progressista região.

E nesta condição, Vossa Excelência, apresenta este projeto de lei que nada mais é do que um pedido de justiça ao Governo do Estado.

O Padre Vieira dizia nos seus sermões: "quando se pede justiça, se pede com a fronte altaneira. Não se pede como que se pede esmolando".

O Oeste, o Sudoeste, regiões pioneiras pedem justiça ao Governo do Estado. Justiça que, lamentavelmente, nem a própria Prefeitura de Cascavel está fazendo para com os estudantes universitários daquela região.

Nós sabemos que a Prefeitura Municipal de Cascavel está obrigada por lei de autoria do eminente Líder da Bancada do nosso Partido, na Câmara Municipal, Vereador Dércio Calafaz, a depositar uma parte do seu orçamento para manutenção da fundação municipal. Não tem feito isto.

E pasmem Senhor Deputado Edgard Pimentel, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Cascavel está depositando o dinheiro em "Open-Marketing" e talvez, só com o lucro do "Open-Marketing" poderia cumprir os dispositivos da lei que obriga o município a ajudar na manutenção da Escola Municipal de Cascavel.

Agora é hora do Governador José Richa dar a sua resposta ao oeste do Paraná. No passado eu me lembro da luta de Arnaldo Busato, de Scanagatta, de Davi Cheriegatte ...

(Reassume a Presidência o Senhor Deputado Werner Wanderer).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa alerta que o tempo está esgotado e concede-lhe

um minuto.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - ... para conseguir a autorização para os Cursos Superiores para Cascavel, no passado Arnaldo Busato, Davi Cheriegatte fizeram a sua parte, no presente, Vossa Excelência faz a sua parte, agora cabe ao Governo do PMDB dar a resposta efetiva aos estudantes universitários de Cascavel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Muito obrigado

Deputado, e para encerrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados eu quero agradecer aos acadêmicos de Cascavel e da região Oeste do Paraná e tenho a certeza de que a Assembléia Legislativa do Estado, através das duas Bancadas, aqui representadas será sensível à presença de vocês, aprovando este projeto que acima da cor partidária tem a marca de servir ao Oeste, à Cascavel e ao Estado do Paraná.

Por extensão, também, agradeço à presença de Vereadores, na pessoa de Eliseu Schmidt e do Líder da Bancada do PDS, do eminente colega e amigo Davi Cheriegatti, que, como eu, no passado, sempre se preocupou com o ensino de Cascavel, do Oeste do Paraná como um todo.

Agradeço a presença de Adelino Marcol, vice-Prefeito de Cascavel e de todas as lideranças, especialmente do corpo docente aqui representado pelo Professor Lourival. Tenho certeza de que essa luta que certamente causará ainda muito trabalho pela frente há de ser vitoriosa, porque o bem de Cascavel, do Oeste, do Sudoeste, do Paraná inteiro é a razão maior pela qual estamos trabalhando nesse Parlamento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda do Projeto de Lei n.º 164/84, de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. À Diretoria Legislativa, para juntar ao projeto de lei.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial para estudo e revisão do Regimento Interno desta Casa - Projeto de Lei n.º 130/84. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial para estudo e revisão do Regimento Interno desta Casa - Projeto de Lei n.º 130/84. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado



Adhail Sprenger Passos, constante do expediente.

Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líderes do PMDB e PDS, respectivamente, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões plenárias nos dias 28, 29 e 30 de agosto do corrente ano, para que nesses dias sejam realizadas as programações comemorativas aos 130 anos do Poder Legislativo do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira e Nilso Sguarezi, na qualidade de Líderes do PMDB e PDS, respectivamente, constante do expediente, solicitando preferência na votação para os Projetos de Lei nºs 174/84 e 26/84, constantes da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na votação acima aprovado:

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 174/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 148/84), objetivando autorizar o PODER EXECUTIVO a contrair operação de crédito externo com o BID, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos EUA), visa ainda autorizar concessão de fiança, garantia e contragarantia até o limite de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos EUA), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pala Ordem) -

Para que fique estabelecido nos Anais da Casa que a Bancada do PDS votou favoravelmente ao Projeto que autoriza Sua Excelência o Governador do Estado a contrair 130 milhões de dólares para o desenvolvimento de um programa rodoviário no Estado do Paraná.

Tal medida é corolário de programas anteriores

indo ainda do período governamental de 74/78.

A Bancada do PDS, vota favoravelmente a esse pedido de empréstimo, pois que as taxas de juros estão perfeitamente estabelecidas, tanto no corpo da lei, quanto no empréstimo internacional com o BID que é uma organização respeitável. Com segurança, nós não teremos, neste caso, o escândalo dos dólares ocorridos nos empréstimos anteriores.

O SR. PRESIDENTE - 1ª Discussão do Projeto de Lei...

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) Eu reitero à Mesa que coloque em discussão o projeto de resolução que nós apresentamos a esta Casa, com relação à suspensão dos trabalhos da Assembléia. Nós estamos vivendo o mês de agosto, após um mês de recesso parlamentar, e vamos viver agora praticamente duas semanas sem trabalhar nesta Assembléia. Reitero a Vossa Excelência que coloque em discussão e votação o projeto de resolução que transfere toda e qualquer homenagem para sexta-feira, sem interromper os trabalhos desta sessão, que vão ser interrompidos na próxima semana, com total discordância nossa.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 26/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que autoriza o Poder Executivo transformar em Fundação Estadual a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL, com sede e foro na Cidade de Cascavel, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### PROJETO DE LEI Nº 26/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Fundação Estadual a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL - com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Art. 2º - O estatuto da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL - serão os mesmos, estabelecendo a natureza jurídica, regularidade tributária e previdenciária e demais requisitos legais constantes na Lei Municipal nº 885, de 20 de outubro de 1971 e alterada pela Lei Municipal nº 1088, de 20 de junho de 1974, registrada como entidade de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social, conforme Processo nº 248.779/76.

Art. 3º - As formalidades legais para a efetivação da Fundação como entidade de Direito Público Estadual, serão estabelecidas através de Decreto Governamental, a ser baixado 120 dias, após a publicação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O nosso projeto de lei, está sustentado na efetiva contribuição que Cascavel oferece no setor sócio-econômico ao Paraná e ao Brasil.

Ninguém desconhece que Cascavel como cidade pólo da região oeste apresentou e apresenta um elevado índice de desenvolvimento, também

no setor cultural e educacional e o seu potencial desenvolvimentista requer que o ensino superior praticado pela Faculdade — FECIVEL — esteja firmado em bases sólidas que permite consolidar o progresso no porvir.

Outrossim, a nossa proposta representa um prêmio que deve ser oferecido pelo Estado ao laborioso povo que em poucas décadas transformou Cascavel e a região oeste do Paraná num inegável modelo de civilização, que engrandece toda a sociedade paranaense em seus diversos segmentos.

Através do Parecer nº 191/82, o Conselho Estadual de Educação, reconhece a FECIVEL apta a se transformar em Universidade do Oeste, com novas opções de cursos superiores à classe estudantil da região que terá, assim, a melhor alternativa para a obtenção de seus diplomas sem se deslocarem para outros centros.

Estes são alguns dos argumentos que justificam plenamente a transformação da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras — FECIVEL — em Fundação Estadual.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 26/84

O presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Edgard Pimentel, autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel — “FECIVEL” — com sede e foro naquela cidade.

O artigo 2º do Projeto determina, que o estatuto da Fundação Faculdade de Educação Ciências e Letras de Cascavel “FECIVEL” será o mesmo, estabelecendo a natureza jurídica, regularidade tributária e previdenciária e demais registros legais constante da Lei Municipal nº 885, de 20 de outubro de 1971 e alterada pela Lei Municipal nº 1088, de 20 de junho de 1974, registrada com entidade de fins filantrópicos.

Ainda, determina o Projeto que as formalidades legais para efetivação da Fundação como entidade de Direito Público Estadual, serão estabelecidas através de Decreto Governamental, a ser baixado 120 dias, após a publicação desta lei.

Junto ao Projeto encontra-se o Estatuto da Fundação, bem como, o parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, que reconhece que a Instituição apresenta os requisitos básicos para a organização de uma Universidade, e revela a possibilidade de atendimento à universalidade de campo por cultivar as áreas fundamentais dos conhecimentos além de atuar em campos técnico - profissionais.

Examinada também, a capacidade financeira da região, ficou evidenciada que se permite antever a suficiência de recursos necessários a manutenção da Universidade.

Nessas condições, somos favoráveis à tramitação do presente plano de lei por esta Casa, bem como, sua posterior aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
GILBERTO CARVALHO - Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 26/84

O nobre Deputado Edgard Pimentel submete à apreciação projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), com sede e foro nesta cidade.

Em primeiro lugar, devemos afirmar que a criação da Universidade do Oeste não constitui responsabilidade do Município de Cascavel e de sua Prefeitura. Constitui, isto sim, uma questão regional e deste ponto é que devemos partir.

É preocupante que uma instituição de ensino, com a responsabilidade da FECIVEL, esteja às voltas com tão grave crise, operando com déficit de 5 milhões de cruzeiros ao mês. Pior quando verificamos que os 1 bilhão e 225 milhões previstos no orçamento da FECIVEL para 1984, mais de 1 bilhão serão oriundos das mensalidades escolares e de outros encargos educacionais.

Daf ser irreversível, a persistir este quadro, a privatização da FECIVEL. Mesmo porque, nossas Faculdades, instituídas sob o regime jurídico de fundações e amoldadas ao espírito privatista da Lei Federal nº 5540 da Reforma Universitária de 1968, nunca nasceram para serem públicas e gratuitas. Os investimentos públicos visavam apenas dar o impulso inicial e logo a seguir o jogo do livre mercado se encarregaria do ensino e de sua direção. Esta tática, não obstante todos os ataques desfechados pelo Governo Federal, teve dificuldades para a sua consecução, data à forte mobilização das comunidades universitárias de todo o País que continuaram na luta por verbas públicas para a educação.

E neste ponto surge a indagação: a quem interessa esta insolvência? De que forma a política educacional executada pelo MEC se articula com a inviabilização do ensino público e abre caminho definitivo para a privatização?

Adiantamos, todavia, que a posição do PMDB não pode conciliar com o fato de grupos econômicos locais, associados ao grande capital multinacional, virem a deter e institucionalizar o controle sobre as faculdades de ensino superior do Oeste do Paraná. Este é um compromisso de resistência do qual o GOVERNO JOSÉ RICHIA não pode furtar-se, ainda que implique em sacrifícios financeiros.

Não podemos deixar de registrar, outrossim, a grande contribuição do Oeste do Paraná à economia estadual. Sua produção agrícola é das mais generosas. Ali se concentram as contradições sociais mais sérias oriundas do crescimento desordenado e da implantação do modelo agrícola exportador. A par disso, o Poder Público, nos anteriores ao atual Governo, executou a política de redução de verbas para o ensino e levou à privatização inúmeras instituições de ensino, produzindo os resultados nefastos que hoje procuramos reverter.

De outro lado, temos consciência de que a expansão do ensino superior no Paraná não ocorreu com sério planejamento, através de critérios definidos. Esta expansão respondeu, em verdade, às injunções de grupos econômicos e políticos instalados e/ou representados no Governo do Estado. O quadro, hoje, passa a ser de abandono da região Oeste, no que concerne ao ensino superior, pois, a expansão trabalhava nos marcos de um Paraná amorfo,

estático e linear, não sendo projetado o crescimento vertiginoso experimentado pelo Oeste do Estado.

Diante do exposto, somos de PARECER, quanto ao mérito, pela aprovação da presente proposição, por tratar-se de matéria relevante para os interesses regionais e do Estado do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1984.

(aa) TADEU FRANÇA - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Para encaminhar)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ninguém mais do que nós, nesta Assembléia, temos levantado a voz em favor do ensino público e gratuito.

Ninguém mais do que nós temos clamado para que a União atenda o Paraná na sua reivindicação mais justa, que é de ter o retorno para o ensino do 3.º grau.

Eu mesmo, Sr. Presidente, posso dar o testemunho de que nos anos de 1960, consegui fazer um curso universitário, gratuitamente, na Universidade Federal do Paraná, e nesse decurso de vinte anos, não vi, Sr. Presidente, mudar-se o panorama do Estado do Paraná. Pelo contrário, visto sim, Sr. Presidente, a nível federal, entristecer-se o quadro das verbas da educação, cada vez, a União atribuindo menos recursos para a educação.

Acredito, Sr. Presidente, que seja obrigação de todos os brasileiros, não concordar com esse desleixo e com essa situação de fato, não só caótica, mas entristecedora para o povo que quer sair do subdesenvolvimento e que o seu Governo Federal venha a cada dia que passa, desleixando o setor educacional.

A greve da Universidade brasileira ocorrida neste ano, sufocada pela prepotência do Governo Federal, Sr. Presidente, é atestado inequívoco de que não só o município, mas, principalmente os Estados, os Governos municipais, os Governos estaduais, têm que se levantar contra esta situação verdadeiramente estarecedora. Vota-se aqui, hoje, Sr. Deputado, um projeto de iniciativa de um ilustre colega, Deputado Edgard Pimentel, que objetiva dentro de sua legítima ação parlamentar estadualizar uma Fundação de Ensino Universitário.

Representando a posição do Governador do Estado do Paraná, Sr. Presidente, declino meu voto contrário a este projeto, porque razões não só de ordem constitucional, Sr. Presidente, existem, mas mesmo daquela em que o próprio Governador perante a comunidade de Cascavel, em audiência pública concedida no Palácio Iguazu, assumiu compromisso de batalhar pela federalização daquela Faculdade, e se isso não conseguisse, faria todo o esforço para que o Oeste do Paraná, região progressista e merecedora do ensino superior, não ficasse discriminada em relação aos demais setores e regiões do Estado do Paraná.

O presente plano de lei no seu artigo 3.º impede que o Governador do Paraná cumpra o compromisso que assumiu publicamente, porque lhe dá apenas o prazo de cento e vinte dias para implantação da estadualização desta Fundação. Por isso, Sr. Presidente, na verdade, muito embora

o projeto diga ser meramente autorizatório, no seu artigo 3.º limita este prazo para o Chefe do Executivo, em apenas cento e vinte dias, o que, a meu entender, não pode o Governo do Estado aceitar estas condições, porque o ensino superior é obrigação da União, e o Governador ao assumir o compromisso de respeitar a Constituição do Estado, como nós também o assumimos e fazemos cumprir a Constituição Federal, por isso, vejo razões de sobra, Sr. Presidente, para tomar esta posição.

Isto não quer dizer, Sr. Presidente, que eu seja contra a dar recursos para o que o Oeste tenha a sua Universidade. Estou encaminhando, Sr. Presidente, para nas votações subseqüentes, porque poderia pedir verificação de votação, já que não há número suficiente no plenário.

Vou votar contrariamente, deixar passar em 1.ª votação, e estou apresentando à Mesa um requerimento para ambas as Bancadas endereçarem aos dois candidatos à Presidência da República, que aí estão, para que assumam publicamente com a opinião pública do Paraná, a grande tese que o Paraná tem que sustentar. Esta é a tese: da federalização das nossas Universidades. Não se culpe aqui, Prefeitura de Cascavel, não se culpe aqui Governo do Estado do Paraná. Culpe-se aqui, isto sim, o Governo Federal que é o grande responsável, não só na letra da Cons Constituição, mas como de fato, o Paraná não pode continuar a ser espoliado, com as terras férteis das suas usinas, com a isenção dos produtos exportáveis, e agora com a exploração sistemática do ensino superior.

Esta é a grande tese que o Paraná tem que abraçar. Convoque a todos os Parlamentares da Casa, para que subscrevam comigo este requerimento, em que ambos os candidatos à Presidência da República, assumam de público, com o Paraná, este compromisso, porque é o direito mais sagrado e legítimo que o Estado do Paraná tem, de que tenha as suas Universidades federalizadas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).  
(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Werner Wanderer).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Continua em votação o Projeto de Lei nº 26/84.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está com a palavra o nobre Deputado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, o problema do ensino no Paraná e no Brasil, é um problema que esteve praticamente congelado, por muitos anos no cenário político nacional. Muito antes de 64, a nossa luta de estudantes de então, era exatamente, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis.

Mas isto, para os homens da Revolução era uma tese comunista, porque, iríamos ferir os interesses dos "picareta" da educação, e no Paraná, e em Curitiba por excelência, têm-se locupletado das necessidades dos estudantes, para se enriquecerem!

A grande tese da Nação brasileira era e eu acredito, ainda é o ensino público e gratuito, em todos os níveis, porque já disse alguém, "uma Nação só

se constrói, com homens e cultura, e sem cultura, uma Nação é falida mesmo que seja rica no tilintar das moedas”.

Nós somos a favor do projeto do Deputado Edgard Pimentel, não que venha a trazer no seu bojo, a solução dos problemas educacionais do Paraná, mas vem, como representante de uma região amenizar, ou dar um encaminhamento mais condizente com as dificuldades sociais pelas quais passa a juventude da sua região e da sua cidade, mais precisamente Cascavel.

Mas, eu gostaria de, no encaminhamento da votação e frizando o meu voto favorável a este projeto porque vem beneficiar um grupo de jovens que tem o direito à ascensão cultural. Desejo frizar que, o problema educacional é mais sério e mais profundo, e que, talvez o requerimento do grande Líder do nosso partido e do nosso Governo, deva ser para, realmente, nós retirarmos de outras áreas tão comprometidas ao entreguismo nacional, o perstigiamento do entreguismo da Pátria brasileira, à política econômica internacional, para prestigiarmos esta Nação de jovens, porque a maioria dos brasileiros é constituída de uma juventude necessitando e precisando de ter um espaço cultural nas escolas e nas universidades; e nós não temos visto nem presenciado, durante vinte anos de despotismo neste País quando a revolução empalmou e enfeixou em suas mãos todos os poderes, inclusive o poder econômico. Não vimos e não assistimos a juventude deste País ser prestigiada no seu anseio de ascensão cultural e social. O que nós vimos foi, a juventude ser esbordoada, espancada e desacreditada - o jovem não podia reivindicar, o jovem não podia ir à praça pública, o jovem não podia se reunir, e daí vem o famigerado acordo MEC-USAID, para separar, inclusive dentro da própria universidade, estudante de estudante, para que ele não pudesse se aglutinar para ter força na união e razer as suas justas, necessárias e imprescindíveis reivindicações.

Então, é necessário que nós despertemos os dois candidatos presidenciais deste País de jovens, para a juventude abandonada e esquecida durante vinte anos, e que o futuro Presidente deste País, tenha um compromisso muito sério para com esta juventude que haverá, ela sim, não, os comprometidos a corrupção, não, os compromissos com as torturas, com as cassações, não os homens comprometidos com o passado negro que entristece a todos nós, mas, esta juventude, que só tem um compromisso, com o seu ideal com a sua sede de bem-estar social, com o seu compromisso familiar, de poder ser, realmente prestigiada no meio social em que vive e podereprestar o seu serviço através da aplicação da sua inteligência, da sua cultura, da sua competência, do seu idealismo e da sua dignidade, para a evolução da sociedade do Paraná e do Brasil!

Nós devemos exigir, isto sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do futuro Presidente deste País, que os jovens de todos os níveis, do 1º, do 2º e do 3º graus, não sejam mais tratados como se fossem a sobeja da Nação, mas, serem tratados como a essência da Nação! Isto, nós temos que incluir no requerimento do Deputado Nilso Sguarezi - o futuro Presidente deste País deve apoiar os velhos, é verdade, até os homens comprometidos, é verdade, porque nós haveremos, como eu já disse, de construir uma Pátria, através do amor, do trabalho e do idealismo, mas, temos de tratar a juventude, como

a essência primeira desta Nação de jovens, o que não tem acontecido neste tempo todo de obscurantismo em que vivemos.

Por isto, voto reconhecendo a capacidade do grande Deputado Edgard Pimentel. Sei que ele está imbuído dos melhores e dos maiores propósitos. E isto pode ser até um passo e uma arrancada inicial para nós, amanhã ou depois, cobrarmos realmente, que a juventude numa Nação em que o trabalhador é mal remunerado, numa Nação onde muitas vezes o trabalhador está desempregado, numa Nação onde o subemprego é uma constante, numa Nação onde a economia é recessiva, e onde o empresariado nacional também está sendo espoliado pelo empresariado internacional.

Numa Nação assim, vivendo em tantas dificuldades, é necessário e é preciso que a juventude venha a se unir a esta luta total para que o jovem realmente possa frequentar a escola, desde o primeiro grau até o último, quando ele terminar a sua universidade.

E quando terminar sua universidade, não precise ir para a França e nem para os Estados Unidos fazer curso de pós-graduação ou de especialização, emprestando a sua cultura e a sua inteligência para a ciência mundial e desfazendo, aqui no Brasil, as necessidades prementes que temos de pesquisa e de estudo no campo da ciência mais especializada.

Por isto, Sr. Presidente, o meu apoio ao projeto do Deputado, mas o alerta de que esta luta deve ser reencetada, com um atraso de mais de vinte anos, mas é uma luta dos meus tempos de estudante e eu ainda sinto hoje, pela procura dos pais de família ao nosso gabinete de Deputado, a pedir, a mendigar uma bolsa de estudo que não podemos dar; é necessário que o Governo seja responsável pela educação da juventude, porque não haveremos de construir uma Nação em cima da ignorância e do analfabetismo. O trabalhador é um homem sério, o estudante é um idealista para construir com seriedade a Pátria que todos nós sonhamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Continua em votação o projeto de lei.

O SR. ODENI MONGRUEL — (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de autoria do Deputado Edgard Pimentel, tem o objetivo claro, bem definido, ou seja, a estadualização da Fundação Municipal que mantém o ensino superior em Cascavel, no Oeste do Paraná.

Nós sabemos que aquela Fundação Municipal nasceu pelo esforço próprio da gente de Cascavel. Porque não era possível, tamanha eram as aspirações e os anseios e a necessidade de crescimento rápido daquela localidade, ficar no aguardo da atitude quase sempre omissa do Governo Estadual ou do Governo Federal, mormente nesse setor.

Cascavel, que vinha dando um exemplo nacional na manutenção da escola de primeiro e segundo graus, como muitos poucos são os municípios deste País que desenvolvem com a mesma

qualidade e com o mesmo esforço tão significativo trabalho, foi também em atenção aos seus estudantes na fase pré-universitária, criando a sua Faculdade de Educação, Ciências e Letras, não apenas para satisfazer suas necessidades locais, mas para cumprir o seu papel de comunidade - líder de uma região progressista do Estado do Paraná.

Assim se fez, por esforço próprio, por mérito e por justiça a constituição da FECIVEL, Fundação Municipal, para atender as necessidades do município, mas para atender também as necessidades de formação de professores em todos aqueles municípios que compõem com Cascavel a expressiva e rica região do Oeste paranaense.

Portanto, até bem pouco tempo, a Fundação Municipal que mantém a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel vinha sendo atendida por contribuições de sua comunidade, através do pagamento de taxas, de monumentos, matrículas e mensalidades pela comunidade estudantil.

De outro lado, pelos seus professores que, ganhando pouco, tudo faziam para, juntos no sacrifício, professores e estudantes construírem o patrimônio expressivo que hoje desfruta o ensino superior de Cascavel.

Porém, não parou aí a pujança e a expressão dessa Casa de Ensino Superior; atraiu também os demais municípios do Oeste paranaense, fazendo com que a FECIVEL se transformasse em vítima de seu próprio êxito, porque àquela escola recorreram também integrantes da juventude estudiosa da região.

Portanto, a crise de crescimento que vive o Ensino Superior de Cascavel não deve ser condenado: é a crise de crescimento pelo seu próprio êxito, pela sua expressão e pelo seu significado. A região apelou, reivindicou, e a Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel, que ia além porque já é muito mais do que uma simples escola isolada de ensino superior, ela está muito mais, hoje, dimensionando no campo físico como embrião de uma Universidade, ou até mesmo de uma federação de escolas de nível superior, forma jurídica consagrada na Lei n.º 5540, que implantou a Reforma Universitária e que até o presente momento não se sabe bem como constituir-la, mas de fato, esse instituto de ensino superior respondeu aos desafios regionais.

Portanto, está justamente neste aspecto, o que me parece da maior importância, que o Governo do Estado se engaje, através desse projeto de lei proposto pelo Deputado Edgard Pimentel, e passe a contribuir no pagamento da conta. Não se deseja, creio eu, porque conheço aqueles que fizeram a FECIVEL de Jaci Scanagatta, de David Cheriegate, do Professor Edson Peatrovelli e tantos outros administradores, professores daquela Casa de Ensino que ninguém deles ensinou aos seus alunos que fossem transferir suas obrigações e seus compromissos a outrem. Não. O que deseja a FECIVEL é que, neste momento, o Governo do Estado do Paraná dê a sua cota de colaboração, não pagando a cota por inteiro, mas pagando a parte que nunca pagou e que lhe cabe, neste momento, oferecer em favor da construção de um ensino superior ainda mais forte, ainda mais pujante, mais científico e, em

razão disso, mais verdadeiro.

O que vemos é que o pedido do Deputado Edgard Pimentel está enfocado exclusivamente neste adicional de participação do Estado do Paraná, não se pede sequer alteração da personalidade jurídica, da forma jurídica da mantenedora daquela escola; continuará sendo uma Fundação, o que significa que a comunidade local, regional, estadual e nacional participarão direta e indiretamente da composição do patrimônio, da elaboração da receita e até mesmo da fiscalização no uso desse dinheiro que tem características públicas.

O que é preciso é que saibamos que o regime fundacional, como disse anteriormente, não traz apenas vantagens e não nos cabe escolher outra forma: essa forma nos é imposta por lei federal maior, a Lei n.º 5540, de novembro de 68; o regime fundacional traz, isto sim, e é bom que a mocidade de Cascavel saiba também, novos desafios exigem esforços maiores na construção da sua instituição de ensino superior.

Quanto à qualidade do ensino superior no Paraná, não posso em absoluto admitir que tenha sido diminuído ou depreciado após a implantação no Paraná, distribuídas geograficamente, com as três Universidades, de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa.

Não existe apenas o Paraná pujante no campo agrícola, não é o Paraná apenas importante na pecuária, não é o Paraná importante porque tem rodovias, telecomunicações, não é o Paraná importante porque gera do seu solo a riqueza expressiva que contrabalança as dificuldades do comércio exterior brasileiro, mas se o Paraná é hoje um Estado homogêneo, não o seria sem a infraestrutura moral, educacional, cultural e científica e para cujo estágio as três universidades estaduais criadas no Governo de Paulo Pimentel muito ofereceram na grandiosidade que hoje usufruímos.

O Paraná é o Paraná de muitas e muitas décadas, o Paraná não é um Estado de dois anos, não se fez o Paraná em dois anos, pujante e expressivo de hoje, e nesta construção o ensino superior interiorizado há mais de trinta anos, tem muito a ver com a importância relativa menor, que a Capital do Estado exerce sobre os seus municípios do interior e a prova testemunhal disso está inclusive na própria representatividade política do Paraná que hoje tem nos homens do Norte um Governador, dois Senadores da República. Isto prende-se à inclinação que se fez do poder político do Paraná, àquelas regiões progressistas do Norte, e quem sabe amanhã, do Oeste e do Sudoeste, graças ao crescimento econômico acompanhado da sustentação cultural, educacional e científica que somente as universidades sabem fazer.

Universidades que não se curvam às imposições partidárias porque se tal o fossem não seriam universidades, não seriam institutos de ensino superior e quero crer, pela expressão, pelo significado que tem a FECIVEL, no propósito justo, honesto e honrado, Deputado Edgard Pimentel, não tem o Governo do Estado outra alternativa que não dar a sua cota de contribuição para a efetiva objetivação

do seu propósito e, que é o nosso propósito, ou seja, a estadualização da FECIVEL.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. MÁRIO PEREIRA — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, peço a palavra, não para dar a minha posição com referência ao projeto do Deputado Edgard Pinheiro, pois isto já o fiz em pronunciamento no Horário da Liderança do PMDB.

Peço a palavra agora para restabelecer a verdade histórica sobre a FECIVEL, aqui no pronunciamento brilhante do Deputado Odeni Mongruel, um pouco modificada.

Quem fundou a Faculdade de Cascavel, não foi o ex-Prefeito Jaci Miguel Scanagatta e sim o Prefeito Otacílio Mion, muito antes do Prefeito Jaci Miguel Scanagatta ocupar Executivo e para fazer um reparo também, se o Prefeito Fidelcino Tolentino coloca dinheiro no "open", é porque quando Cascavel, através do município, tem que pagar a folha de pagamento de seus professores e funcionários, folha de pagamento alta, porque Cascavel arca com 70 por cento do ensino de primeiro e segundo graus, do total gasto, ele não recebe as parcelas de ICM, de fundo de participação na data de pagamento da folha, recebe em duas parcelas e por uma questão de bom senso e de necessidade de fazer com que se multiplique esses recursos para fazer frente à despesa que Cascavel tem, que parte o Estado deveria estar assumindo, é que se coloca recursos no "open" e é graças a isso que pôde o Prefeito Fidelcino Tolentino, na sua gestão, ter sido o Prefeito que mais recursos proporcionalmente a um orçamento destinou à Faculdade de Cascavel, e que injustamente o Líder da Bancada do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, quis dar a expressão contrária.

Se Jaci Miguel Scanagatta ajudou Fidelcino Tolentino em sua administração, proporcionalmente, carrega para a Faculdade muito mais recursos do que na gestão municipal passada.

A minha posição quanto ao projeto, já reafirmei da tribuna e solicitei aos Deputados da minha bancada que votassem favoravelmente, apelo este que reitero neste momento.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está em votação o projeto.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados, voto nesta sessão favoravelmente ao projeto de lei em discussão. Manifesto também desde já a nossa adesão ao requerimento que o nobre Líder Nilso Sguarezi anunciou há pouco. E sinto-me muito à vontade para fazer duas reflexões pertinentes, que a meu ver, inclusive condiciona o nosso posicionamento relativo à matéria nas posteriores votações.

O primeiro deles, se refere ao prazo estipulado no artigo terceiro, de 120 dias. Muito bem levantado pelo nobre Líder Nilso Sguarezi, eu acho que merecerá por parte tanto do proponente como dos

demais componentes da Casa, uma avaliação sobre a sua oportunidade.

Em segundo lugar, sobre a bandeira que a comunidade universitária de Cascavel traz hoje aqui, no prestigiamento a esta sessão, a bandeira da estadualização.

Desde os tempos em que fomos responsáveis pela gestão do Diretório Central dos Estudantes, da Universidade de Londrina, que o movimento universitário paranaense e mais recentemente o movimento docente, tem defendido a tese da federalização do ensino superior. E parece um equívoco que cometem as lideranças e o movimento universitário de Cascavel, quando na defesa do justo anseio pela melhoria da qualidade e pela gratuidade do ensino, transfere a tese da federalização à estadualização. Entendemos os motivos que os levaram a tal proposição.

No entanto, creio que cabe, neste momento, apelar para a reflexão, por parte da comunidade universitária de Cascavel, por parte da União Paranaense dos Estudantes, que segundo uma das faixas registra, está apoiando o movimento pela estadualização.

Já no início deste ano, a União Paranaense dos Estudantes e Diretórios Acadêmicos de Maringá, de Londrina e de Ponta Grossa, esboçaram a retomada da federalização das Universidades de Ensino Superior no Paraná e também das faculdades, não só das universidades. E eu creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no processo de aprovação desta proposição é o momento oportuno para que não só nós Deputados Estaduais, mas que também os movimentos ligados ao assunto, particularmente, estudantil e docente, reflitam sobre a oportunidade de, no processo sucessório do Governo Federal, em que estamos vivendo, tenhamos um posicionamento unificado e firme em torno da proposta de federalização. Uma vez que, além de tudo que já foi dito, a própria estadualização não é a solução para os problemas que são levantados hoje em Cascavel. Isso somos nós, Deputados de Londrina, testemunhas no dia a dia, o alto custo do ensino, inviabilizando a permanência dos estudantes sem poder aquisitivo e a queda gradual e constante, da qualidade do ensino.

Era essa a nossa contribuição, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Continua em votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Para encaminhar).

Sr. Presidente, evidentemente a grande tese para a solução do ensino de terceiro grau no País é a federalização; é que a União assuma a sua competência constitucional, de dar conta da tarefa de sustentar o ensino de terceiro grau.

No entanto, Sr. Presidente, eu me perfilo com a tese do voto útil nesta questão. Em primeiro lugar, o direito dos alunos da Fundação de Cascavel, de terem acesso ao ensino de terceiro grau gratuito é inquestionável. E o instrumento que dispomos,



no momento, para dar à pressão da comunidade de Cascavel e de seus estudantes, é esta Assembléia Legislativa.

Portanto, a tese do voto útil é que se não podemos com os instrumentos que dispomos, que são os nossos mandatos parlamentares, federalizar o ensino, podemos pressionar o Governo do Estado para uma atitude mais enérgica neste sentido, votando a sua estadualização.

Sr. Presidente, o PMDB tem praticado, na sua história, o voto útil com extraordinária frequência. Agora mesmo estamos nos dispondo para ir ao Colégio Eleitoral para derrotar o mal maior que é Paulo Maluf e tentar uma solução mais conforme com as aspirações nacionais, elegendo Tancredo Neves.

Se vamos ao Colégio Eleitoral, é porque não podemos obter de pronto e de plano a eleição direta, e o mesmo raciocínio deve levar a Bancada do PMDB a exigir do seu Governo a estadualização através do apoio do projeto do nobre Deputado Edgard Pimentel, ou à liderança do processo de federalização, quando certamente contará também com as Bancadas do PMDB e do PDS, nesta Assembléia, e o apoio da comunidade e dos estudantes de Cascavel.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há uma tentativa de encaminhamento das discussões a respeito deste assunto de transferir exclusivamente, ao Governo Federal, a responsabilidade pelo ensino de terceiro grau.

Tal não é verdade. A lei que regulamenta a reforma de ensino no nosso País, a Lei n.º 5692, estabelece que o ensino de primeiro grau é de responsabilidade do município; o de segundo grau responsabilidade do Governo do Estado e do terceiro grau de responsabilidade do Governo Federal.

É verdade. Entretanto, esta lei tem convivido com a realidade nacional. Nós temos universidades estaduais; temos universidades federais e temos universidades particulares.

Nós temos, no ensino de segundo grau, ensino propiciado por entidades particulares, e ensino propiciado pelo Governo do Estado. Temos no ensino de primeiro grau, escolas estaduais, escolas particulares e escolas municipais.

Evidentemente, nenhum destes campos é de competência exclusiva de quaisquer planos de governo.

Se tal fosse verdade, não poderíamos ter a escola municipal universitária de Cascavel. Se tal fosse verdade, ainda, teria incorrido em erro o eminente Deputado Mário Pereira, pois que declarou que o

próprio Governo do Estado não está dando aquilo que Cascavel precisa para manter o ensino de primeiro grau.

Ora, se é possível o Estado auxiliar o 1.º grau, por que não é possível o Estado auxiliar o ensino de 3.º grau?

Não se tratam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de competência exclusiva, nem o ensino superior, nem o ensino médio, nem o antigo ensino primário.

Eu vejo aqui o reclamo de uma região que se fez à custa do seu sacrifício a sua civilização que implantou a escola universitária como exigência da luta e do trabalho dos pioneiros da Região Oeste do Paraná e que vai fazer com omissão ou com ação de PMDBista do Estado a sua universidade, pois que, conheço o valor dos brasileiros da região Oeste do Estado do Paraná.

Mais ainda, Sr. Presidente, vejo placas nas galerias esta tarde. Há uma denúncia séria, que está sendo esquecida de ser dita nos microfones dos Deputados. Querem acabar com a Escola de Música e Belas Artes, no Estado do Paraná. Este é um crime que se comete contra a cultura do nosso Estado, pois que a Escola de Belas Artes revelou grandes figuras no campo da música, no campo da pintura, no campo das atividades intelectuais. Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso a palavra para restabelecer a verdade, todos nós paranaenses, que vimos o Estado pioneiro em levar o ensino superior através de três universidades estaduais, a Universidade de Londrina, que o nobre Deputado Márcio Almeida deve reconhecer o grande serviço que presta à região de Londrina, a Universidade dos Campos Gerais, que atende, que coloca em condições de vanguarda no ensino superior do nosso País, e a Universidade de Maringá, foram universidades criadas com o esforço dos paranaenses, como igualmente a Universidade do Oeste do Paraná será criada com o esforço dos brasileiros e dos homens que lá estão.

Não é possível que se saia desta sessão com a impressão de que apenas o Governo Federal deve resolver o problema educacional. Ao contrário, tem responsabilidade sim, o Governador do Estado. Tem possibilidade até orçamentária, de estadualizar a escola de nível superior de Cascavel.

Digo isto, Sr. Presidente, porque posso comparar os dados do orçamento, enquanto que no orçamento de 1983, tínhamos uma verba para Comunicação Social de Cr\$ 650.000.000,00, para o exercício de 84 a verba foi elevada para dois bilhões e 700 milhões, num crescimento de mais de 300 por cento.

E tenho informações, Sr. Presidente, que espero não sejam verdadeiras, de que o Governo do Estado vai elevar a verba de Comunicação Social, para gastar dinheiro com a imprensa de dois milhões e 700 milhões para 12 bilhões de cruzeiros. É só o Governo do Estado deixar de fazer tanta propaganda e aplicar, efetivamente, no setor educacional, que no conjunto, Governo Municipal, Governo Estadual e Governo Federal, possamos dar à Educação a prioridade requerida pela nossa Pátria.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Em votação.

Aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente,  
gostaria que registrasse o meu voto já declinado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere.

Passaremos a apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 149/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar, com o Município de Iporã as datas de terreno n.ºs 13 e 14, da Quadra 55, pelas datas n.ºs 3 e 4, da Quadra n.º 33 - A, conforme especifica. (Destinadas à construção da nova Delegacia de Polícia). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 54/84 (Mensagem n.º 66/84 - ex-Proposição n.º 69/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado em 16/01/84 e o Município de Araucária, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a realização da 8ª Festa do Pêssego e do Ovo e da IV FAIAL, com vistas a ensinar a melhoria da produção e da produtividade agrícola da região. Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUILÃO (Questão de Ordem) - Requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Vinte e dois Senhores Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para votação, mas sim, para prosseguimento da sessão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 01/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUILÃO E OUTROS, que dá nova redação ao art. 73, do Regimento Interno, e outras providências. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria. Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º - O art. 73, do Regimento Interno, mantido o parágrafo único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30 de setembro de 1968,

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73 - As sessões ordinárias terão início às 14:30 horas e durarão, no máximo, 04:30 horas".

Art. 2.º - A duração do expediente das sessões ordinárias será de 02:30 horas, assim distribuídas:

a) - 30 (trinta) minutos para discussão e votação da Ata da sessão anterior e leitura dos expedientes, que se acharem sobre a mesa;

b) - 30 (trinta) minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, proibido apartes;

c) - 90 (noventa) minutos, improrrogáveis, destinados às Lideranças de bancadas e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I - Os 30 (trinta) minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra, para versar de assunto livre escolha, permitido apartes;

II - Os 60 (sessenta) minutos finais, divididos eqüitativamente, serão distribuídos aos Líderes, cabendo uso inicial da palavra aquele que pertencer à bancada do orador antecedente.

III - Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

IV - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes, o uso da palavra ou indicação de membros da respectiva bancada para fazê-lo;

V - A falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art. 3.º - Fica criada no Horário do Expediente das sessões ordinárias das quartas-feiras, a "TRIBUNA LIVRE", com a duração de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por 15 (quinze) minutos, a critério da Mesa.

Parágrafo Único - ocupará a "TRIBUNA LIVRE", criada por este art., qualquer pessoa previamente inscrita, em livro próprio, representante credenciado por entidade socialmente organizada, para tratar de assuntos de interesse público.

Art. 4.º - Fica revogada a Resolução n.º 01/80, de 19/05/80.

Art. 5.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1983.

(a) ROBERTO REQUILÃO.

Apoio: Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi e uma ilegível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/83  
VOTO EM SEPARADO

Submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução - n.º 01/83, que visa alterar dispositivos do Regimento Interno desta Casa, mereceu pronunciamento através do Parecer favorável do Relator Deputado Edmar Luiz Costa.

Como membro desta Comissão, apresentamos nosso voto contrário em separado, pelas razões seguintes:

A iniciativa visa usurpar uma lúdima atribuição do Deputado, quanto pretende "criar no Horário do Expediente das sessões ordinárias das quartas-feiras a "Tribuna Livre", com duração de 30 minutos, prorrogáveis por 15", a critério da Mesa".

Ao Deputado cabe defender os direitos e interesses do povo, pois dele recebeu delegação para isto.

Delegar poderes para que outrem sem mandato venha a usar da palavra durante a "Hora do Expediente" é devolver, "lato sensu", os poderes outorgados pelo povo ao próprio povo.

Somos favoráveis a tribunas livres em "Fórum de Debates" ou outras formas que porventura venham a merecer a chancela da Casa.

Mas, instituir a "Tribuna Livre" na sessão ordinária da Assembléia Legislativa é renunciar às obrigações que o cargo impõe por dever de ofício.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 04/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que veda o uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica vedado o uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O uso de placas sigilosas no Poder Legislativo não tem qualquer justificativa de natureza legal, moral ou política.

A Assembléia Legislativa como a "Casa do Povo", deve pautar seus atos por um modelo de lisura e transparência, não compatível com situações obscuras e destituídas de qualquer significado prático nos dias em que vivemos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/84

PARECER:

O eminente Deputado Roberto Requião, com a presente propositura pretende vedar o uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes à Assembléia

Legislativa do Estado.

Julgo perfeitamente oportuna a iniciativa, visto que como bem justifica o nobre autor, a Assembléia Legislativa, sendo uma "Casa do Povo" não poderá de modo algum tomar medidas que venham obscurecer com a máxima clareza, e honestidade visando a moralidade pública.

A medida encontra amparo constitucional e legal; é jurídico e formalmente nada há que reparar. Assim sendo, o Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O presente Projeto de Resolução de autoria do nobre Deputado Roberto Requião tem por finalidade vedar o uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes ao Poder Legislativo.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações chamada a opinar sobre o mérito da Proposição, temos que de acordo com a justificativa apresentada pelo seu autor, se pretende estabelecer critérios para a utilização dos veículos deste Poder Legislativo sem que hajam conotações de natureza legal, moral ou política, já que os mesmos são também bens públicos.

Nestas condições, favorável é o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sobre a

Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Michel Soni, ocorrido no dia 21 de agosto do corrente ano, no Município de Apucarana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jordão Belleze, ocorrido no dia 18 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Michel Soni, ocorrido no dia 21 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eurico Bettega, ocorrido no dia 21 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Palmiro Francisco de Andrade Filho, ocorrido no dia 22 de agosto do corrente ano, no Município de Pato Branco. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 10 de outubro do corrente ano, Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Cel. Confúcio Pamplona. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria Senhores Deputados Orlando Pessuti, Márcio Almeida, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Reitor da Universidade Católica do Paraná, encarecendo seja cumprido o acordo firmado entre o Senhor Reitor em exercício, Presidente do DCE e Senhores Secretário da Secretaria Especial para Assuntos Comunitários, Mediador. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a criação de uma coordenadoria regional no Município de Wenceslau Braz. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando transcrições nos Anais da Casa, da reportagem veiculada no Jornal "Tribuna da Imprensa", sob o título "Genro de Orlando Geisel Acusa Maluf de Corrupção". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Deputado Federal Paulo Marques, para que o mesmo solicite informações junto ao Senhor Ministro da Previdência Social, sobre conclusões da Comissão de Inquérito conforme publicação às fls. 1135 do Boletim de Serviço IAPAS/DG n.º 141, com Processo IAPAS/DG n.º 35000.001765/84. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários das Finanças e da Agricultura, e Presidente do Banestado/S.A. encarecendo abertura de crédito para aquisição de sementes de algodão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário da Casa da Estudante Universitária de Curitiba. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado

Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo autorize as concessionárias COPEL e SANEPAR a concederem donativos nas contas mensais das entidades de cunho assistencial, beneficente, religioso (templos religiosos) e hospitalar (Santas Casa de Misericórdia e hospitais similiares) do Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente solicitando voto de saudades do saudoso brasileiro Getúlio Dornelles Vargas. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a construção de uma sala de aula em anexo à Secretaria Geral do Ginásio Cenecista Felipe Camarão, na localidade de Lirial de São Luiz, Município de Araruna. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo seja asfaltado o acesso secundário de Palmas, saída para Pato Branco, numa extensão de 1300 m. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, para que o mesmo determine junto à EMOPAR, objetivando reparos e reformas na Escola Estadual Marquês de Maricá, no Município de Santa Izabel do Oeste. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, para que o mesmo determine junto à EMOPAR, objetivando a construção de mais uma sala de aula na Escola do Distrito de Pinhal de São Bento, Município de Santo Antônio do Sudoeste. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária- ESAP, encarecendo admissão do restante do concurso de Tributos Federais, sendo que o mesmo foi realizado em janeiro de 1981 e foi revalidado por duas vezes. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para a instalação de energia elétrica e de sistema de abastecimento de água no Loteamento Itaipu, Município de Salto do Lontra, bem como para a realização de obra viária entre a localidade e a sede municipal. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente do Conglomerado BANESTADO, por intermédio da Secretaria de Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Lupionópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação de uma escola estadual entre os conjuntos Cafezal I e II, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja realizado um Fórum de Debates nesta Casa, sobre a construção de usinas hidrelétricas no Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando moção de apoio às reivindicações salariais dos bancários. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um posto de monta no Município de Terra Boa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a implantação do sistema de pedras irregulares no trecho compreendido entre a PR - 082 à sede do Município de Quinta do Sol. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a realização de reformas gerais na Escola Marechal Rondon, no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na aquisição de combustíveis para transporte de escolares no Município de Moreira Salles. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da

TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a instalação de um telefone de uso público junto ao Bar denominado de Lago Azul, nas margens da Usina Mourão I, localizado no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, das conclusões e proposições da mesa redonda sobre erosão e práticas de controle. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem dos 40 anos de "Carta Sindical" da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Edmar Luiz Costa e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Poder Judiciário do Estado, em virtude da instalação das três Varas Especializadas em procedimentos sumaríssimos. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo reparos no Colégio Estadual Marcelino Champagnat, localizado no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Senadores Tancredo Neves e Paulo Maluf, para que os mesmos assumam perante à opinião pública paranaense, o compromisso formal de federalizarem as Universidades Estaduais do Paraná, se eleitos Presidente. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Senadores e Deputados Federais do Paraná, no sentido de que apoiem projeto de lei que defina a Política Nacional de Informática e estabeleça a Reserva de Mercado, bem como ao Senhor Governador do Estado do Paraná e aos Senhores candidatos à Presidência da República. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução nºs 55/84, 56/84, 57/84, 59/84

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 57/83, 124/83

e dos Projetos de Resolução nºs 01/83, 04/84, 60/84, 61/84, 62/84, 63/84, 64/84, 65/84, 66/84, 67/84, 68/84, 69/84, 70/84, 71/84, 72/84.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 40/84, 41/84, 42/84, 58/84, 96/84.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 199/83.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 26/84.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 93/84, 125/84.

e dos Projetos de Resolução nºs 119/84, 120/84.

Levanta-se a sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1984.  
(Quinta-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Acir Mezzadri e Jorge Maia Filho.

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artágão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
com a presença de 58 Srs. Deputados.  
Passaremos à apreciação da matéria constante da

Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução nº 35/84, (Mensagem nº 21/84), que aprova Termos Aditivos de 28.11.83 aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado do Interior, e os municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana.

**Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Ficam aprovados os Termos Aditivos datados de 28 de novembro de 1983 aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os Municípios de Arapongas, Cianorte, Guaraci, Nossa Senhora das Graças, Paranavaí, Pérola, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo e Xambê, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

**JORGE MAIA FILHO - Relator**

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Resolução nº 36/84, (Mensagem nº 23/84), que aprova Convênios celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica.

**Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, e os Municípios adiante mencionados: Alto Piquiri nº 044/83; Cândido de Abreu nº 067/83; Guaratuba nº 099/83; Inácio Martins nº 103/83; Indianópolis nº 105/83; Japira nº 119/83; Jardim Alegre nº 121/83; Jussara nº 126/83; Kaloré nº 127/83; Salgado Filho nº 200/83; Santa Fé nº 206/83; Santa Inês nº 207/83; Santa Izabel do Ivaí nº 208/83; Santa Mariana nº 210/83; Santana do Itararé nº 211/83; Terra Roxa nº 240/83; Uniflor nº 245/83; Sarandi nº 261/83; Douradina nº 270/83; Ponta Grossa nº 274/83; Paranavaí nº 276/83; Cascavel nº 290/83; Realeza nº 303/83; Palmas nº 307/83 e Jacarezinho nº 314/83, objetivando a aplicação de recursos financeiros do “PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS” e “PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS”, nos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

**JORGE MAIA FILHO - Relator**



**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 37/84, (Mensagem nº 22/84), que aprova Convênios celebrados em 28.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para controle da erosão urbana, nos referidos município.  
— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 28 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os Municípios de Andirá, Colorado, Alto Piquiri, Bela Vista do Paraíso, Cambira, Cidade Gaúcha, Florestópolis, Grandes Rios, Icaraíma, Itambé, Marialva, Mariluz, Munhoz de Mello, Nova Esperança, Primeiro de Maio, Terra Rica e Uniflor, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
JORGE MAIA FILHO - Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 38/84, (Mensagem nº 26/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, em 10.08.83, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o PRODOPAR. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 10 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando a execução de obras públicas em conformidade com o Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
JORGE MAIA FILHO - Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 39/84, (Mensagem nº 27/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, firmados em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios que especifica, visando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1º — Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Planalto nº 401/83 e Renascença nº 402/83, objetivando a execução de obras para a recuperação de estradas nos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente  
JORGE MAIA FILHO - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**10ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos nove dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Caíto Quintana, Antônio Belinati, Amélia Hruschka, Tadeu L. Machado, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Aníbal Khury e Artagão de Mattos Leão, nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Resolução 107/84, do deputado Odeni Mongruel. Acresce ao art. 39 do Régimento Interno, criando a Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia, na forma que especifica. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto a Comissão Executiva. Deferido. 2) Projeto de Resolução 129/83, do deputado Roberto Requião e outros. Assegura direito de readmissão no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa aos Funcionários estatutários demitidos a qualquer título entre 01.01.64 e 01.01.70, conforme especifica. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto a Comissão Executiva. Deferido. 3) Projeto de Lei 126/84, do Poder Executivo — Mensagem 107/84. Objetiva dar nova redação ao artigo 1º da lei 5406/66, conforme especifica. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 4) Proposição 139/84, do Poder Executivo — Mensagem 141/84. Termo de convênio celebrado entre o Estado através da Secretaria de Agricultura e o município de Colorado, objetivando a realização da XI Festa do Peão de Colorado. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 5) Proposição 137/84, do Poder Executivo — Veto ao Projeto de Lei 77/83. Deputado Tadeu França — Extingue o período de estágio probatório ao professor da rede Estadual de Ensino, nas situações que especifica. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 6) Projeto de Lei 153/84, do deputado Mário Pereira. Autoriza o P.E. doar área de terra constituída do lote urbano nº 9 da quadra 15, à ACAS - Associação Cascavelense de Amigos de Surdos, com sede e foro em Cascavel. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 7) Projeto de Lei 11/84, do deputado Tadeu França. Dispõe sobre obrigatoriedade através de culturas básicas de subsistências no reaproveitamento de terras agricultáveis do Estado e dá outras providências. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer Contrário. Aprovado. 8) Projeto de Lei 118/84, do deputado Antônio Annibelli. Declara de utilidade pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cassia, com sede e foro em Cascavel. Relator deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 9) Proposição 134/84, do Poder Executivo — Mensagem 125/84. Cópia autêntica de termo de cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08.07.83, entre

o Estado do Paraná através da Sec. dos Transportes e o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Relator deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução.

10) Proposição 135/84, do Poder Executivo – Mensagem 126/84. Cópia autêntica de convênio celebrado em 17.04.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o mun. de Rolândia, objetivando execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.

11) Projeto de Lei Complementar 85/84, do deputado Mário Pereira. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Complementar nº 16, mantido seu § único. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.

12) Projeto de Lei 131/84, do deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospitalar de Ibioporã, com sede e foro em Ibioporã. Relator Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.

13) Projeto de Lei 148/84, do Poder Executivo Mensagem 120/84. Sobre a Composição do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Estado, na forma que especifica. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.

14) Projeto de Lei 149/84, do Poder Executivo – Mensagem 121/84. Objetiva autorizar o Poder Executivo permutar com o município de as datas de terra nº 13 e 14, da Quadra 55, pelas datas nº 3 e 4, da Quadra 33-A, conforme especifica. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.

15) Projeto de Lei 138/84, do deputado Edgard Pimentel. Autoriza o P.E. criar o Seguro Agrícola Obrigatório no Estado do Paraná, conforme especifica. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.

16) Projeto de Lei 136/84, da deputada Amélia Hruschka. Denomina Rodovia do Milho a PR 272 que liga a BR 376 (Mauá) a sede do município de Ivaiporã, conforme especifica. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto a Secretaria dos Transportes. Deferido.

17) Proposição 114/84, do Poder Executivo – Mensagem 105/84. Cópia autêntica de termos de convênios celebrados em 12.04.84, entre o Estado do Paraná através da Sec. do Planejamento e municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao Programa de Mobilização Energética. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.

18) Proposição 127/84, do Poder Executivo – Mensagem 116/84. Encaminha cópia autêntica do convênio de cooperação financeira celebrado em 03.03.84, entre o Estado do Paraná e o município de Curitiba, através da Fundação Cultural de Curitiba, objetivando execução de Projetos e programas de incentivos carnavalescos de 1984. Relator deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.

19) Projeto de Lei 119/84, do deputado Basílio Zarusso. Declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social Samaritanos e Dorcas, da Igreja de Cristo Jesus, com sede em Ourizona. Relator deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado.

20) Projeto de Lei 140/84, do deputado Adhail S. Passos. Concede título de cidadão honorário do Paraná ao General Iberê de Mattos. Relator deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado.

21) Projeto de Lei 125/84, do deputado Nelson Vasconcellos. Prorroga por trinta dias o prazo estipulado pelo artigo 1º da lei 7268, conforme especifica. Relator deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado.

22) Proposição 125/84, do Poder Executivo – Mensagem

114/84. Encaminhando cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrado em 08.12.83, entre o Estado através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Borrazópolis e Laranjeiras do Sul, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. Relator deputado Tadeu L. Machado. Parecer Favorável. Aprovado.

23) Proposição 129/84, do Poder Executivo – Mensagem 122/84. Cópia autêntica do convênio celebrado em 21.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Sec. de Segurança Pública e o mun. de Toledo, objetivando regular a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

24) Projeto de Lei 165/84, do Poder Executivo – Mensagem 136/84. Objetiva autorizar o P.E. doar ao mun. de Mandaguari, data de terras 20 da quadra 05, havida pelo Estado conforme transcrição 7238, do livro 3-b de transcrições no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana. Relator deputado Tadeu L. Machado. Parecer Favorável. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou a reunião. Para produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente. pelos senhores presentes e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

(a) OSVALDO MARQUES

Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 10ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida a aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Jorge Maia Filho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE RESOLUÇÃO DE Nºs 35/84, 36/84, 37/84, 38/84, 39/84, 40/84, 41/84, 42/84, 58/84 e 96/84, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a Presidência do Senhor Deputado José Antônio Fonseca

e com a presença dos Senhores Deputados membros da mesma. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. Ocação em que foi relatado o PROJETO DE LEI Nº 50/83, de autoria do Deputado Tadeu França que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré, o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Parecer: FAVORÁVEL do Senhor Deputado Eduardo Baggio, aprovado por unanimidade. E o PROJETO DE LEI Nº 196/83, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo criar o "Parque Estadual do Cadeado" e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL

do Senhor Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

Presidente

ANGELINA GARCIA PACHECO

Secretária